



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

BRUNA FREIRE DA ROCHA FIGUEIRÊDO

**MARKET SHARE E RENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS
BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO PERÍODO PÓS CRISE 2008.**

MACEIÓ

2018

BRUNA FREIRE DA ROCHA FIGUEIRÊDO

***Market Share* e Rentabilidade: Uma análise das estratégias dos bancos públicos e privados no período pós crise 2008.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Junior
Coorientador: Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos

MACEIÓ
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

F475m Figueirêdo, Bruna Freire da Rocha.
Market Share e rentabilidade: uma análise dos bancos públicos e privados no período pós crise 2008 / Bruna Freire da Rocha Figueirêdo. – 2018.
81 f.: il., grafs., tabs.

Orientador: Reynaldo Ruben Ferreira Júnior.
Coorientador: Anderson Moreira Aristides Santos.
Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Maceió, 2018.

Bibliografia: f.75-78.
Apêndices: f. 79-81.

1. Economia brasileira. 2. Rentabilidade financeira – 2000-2016.
3. Bancos privados. 4. Bancos públicos. I. Título.

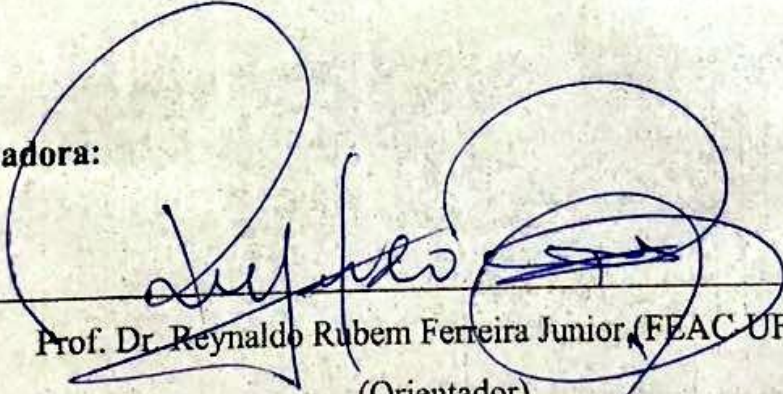
CDU: 330.13

BRUNA FREIRE DA ROCHA FIGUEIREDO

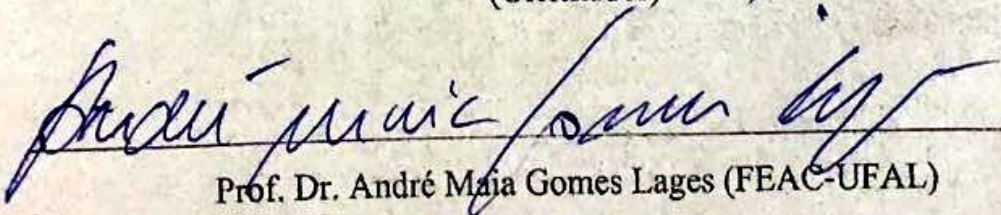
“MARKET SHARE E RENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS
BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO PERÍODO PÓS-CRISE 2008”

Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 09 de março de
2018.

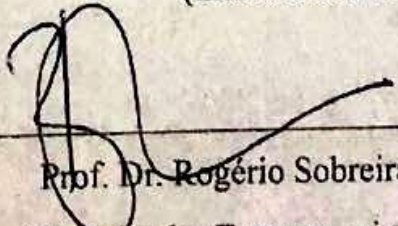
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Junior (FEAC-UFAL)
(Orientador)



Prof. Dr. André Maia Gomes Lages (FEAC-UFAL)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Rogério Sobreira Bezerra (FGV)
(Examinador Externo - via web conferência)

Dedico esse trabalho à minha família, em especial a Ygor.

AGRADECIMENTOS

À Deus, tenho que agradecer por tudo. Sem Ele, não estaria aqui.

À minha família, em especial, ao meu marido Ygor, por todo suporte e compreensão, a meus filhos, Lucas e Lara, a minha mãe e a meus irmãos, Bianca e Bruno.

Ao meu orientador professor Reynaldo por toda parceria, atenção e disponibilidade em todos os momentos; ao ministrar a disciplina de Macroeconomia; durante o estágio de docência em Economia Monetária e em toda a orientação da dissertação.

Ao coorientador professor Anderson por todas as discursões, reuniões e esclarecimentos e pela encantadora disciplina de Econometria.

Às valiosas e importantes contribuições da banca, ao prof. André Lages que contribuiu desde a qualificação e ao prof. Rogério Sobreira pela disponibilidade e pertinentes comentários.

Aos meus amigos de sempre, que mesmo estando separados fisicamente, estão sempre presentes, em especial: Cinthia, Sergio, Ariane, Andreza e Áurea.

À minha turma de mestrado, que tenho certeza que nunca existirá uma igual: ao Emerson e Natalia por toda ajuda de sempre, a república paraibana; Danielle, Larissa e Arcenor e a todos os importantes e especiais amigos que guardarei para sempre: Karine, Vitor, Rômulo, Adeilton, Rafael, André e Lucas.

A todos os professores do mestrado que tanto me ensinaram, em especial às professoras Ariane Baraúna, Alexandra Cabral e Cecília Lustosa.

A coordenação do curso; ao professor Thierry Prates e a Levylma, por toda a disponibilidade e orientação.

A Girlane e Niedja que me deram suporte em casa, em toda a minha ausência.

A todos os amigos, que me influenciaram direta ou indiretamente na realização desse trabalho.

RESUMO

Os bancos privados brasileiros continuaram apresentando alta lucratividade em relação aos bancos públicos mesmo após terem retraído o crédito e perdido a liderança no mercado nacional entre os anos de 2012 e 2013. A mudança na participação de mercado aconteceu, porque no período pós crise 2008 os bancos privados retraíram a oferta de crédito e os bancos públicos atuaram para suprir essa falta com medidas contracíclicas. Essa alta lucratividade não deveria ter se mantido, pois ao perder mercado e diminuir o ritmo na linha que mais traz rentabilidade à sua atividade principal, intermediação financeira, e optar por ativos mais líquidos, como os títulos do governo, era de se esperar que houvesse uma diminuição na sua receita final. Essa afirmação é baseada no portfólio de aplicações de Keynes onde quanto maior a liquidez, menor a rentabilidade. Esse trabalho analisa as contas das demonstrações financeiras dos bancos públicos e privados no período de 2000 a 2016, considerando os principais aspectos da teoria pós-keynesiana da firma bancária: ativos líquidos e ilíquidos, passivo, receita de serviços e custos administrativos, e adicionalmente; a questão dos impostos. Em cada um desses aspectos gerais, são criadas variáveis de análise e se explora o comportamento em busca da lucratividade. A pesquisa compara sempre o comportamento dos bancos privados em relação aos públicos. O resultado indica para o crescimento da receita bruta de empréstimos dos bancos públicos, condizente com a teoria, contudo o resultado desses foi superado pelos privados, por um conjunto de estratégias, notadamente: a administração do passivo, refletindo nos custos de captação; o crescimento das receitas de serviço; diminuição das despesas de intermediação e nos anos de 2008 e 2015, uma grande influência de crédito tributário de diferenças temporais.

Palavras-chave: Bancos privados. Bancos públicos. Lucratividade. Estratégia. Firma bancária.

ABSTRACT

Brazilian private institutions continued to perform higher profit margins than state-owned banks even when they had withdrawn credit and lost their leadership in the domestic market, between the years of 2012 and 2013. This market changes occurred because, in the post-crisis period in 2008, private banks contracted credit supply and the state financial institutions acted to fill this gap with countercyclical measures. This high net income should not have been maintained because they slowed lending, the activity that leads more revenue. At that moment, the private banks opted for more liquid assets such as government bonds; which is liquid and less profitable. This assertion is based on the Keynes, where liquidity-premium matters in the assets choice. This paper analyzes the balance sheets and income statement, provided by the Central Bank of public and private banks between 2000 and 2016, considering the main aspects of the banking system's post-keynesian theory: liquid and liquid assets, liabilities, service revenues and administrative costs, additionally it presents the issue of taxes. In each of these general aspects, analysis's variables were created, and profitability behavior were explored. The research always compares the behavior of private and public banks. The result indicates that the interest of financial assets of the public banks are consistent with the theory, however the result of the public banks was surpassed by the private ones by a set of strategies, notably: the administration of the liabilities, reflecting in the interest expense; the growth of service revenues and decrease in intermediation expenses. In the years of 2008 and 2015, was noticed a large influence in the deferred tax expense with a large credit in reversal of temporary difference.

Key words: Private Banks. Public Banks. Net Income. Strategy. Bank firm.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 - Volume de ativos ilíquidos e lucratividade	10
Gráfico 3.1 - Níveis de concentração do sistema bancário	37
Gráfico 4.1 - Saldo de crédito de todas instituições financeiras	52
Gráfico 4.2 - Volume de ativos ilíquidos e receitas ilíquidas bruta.....	53
Gráfico 4.3 - Rendas média dos ativos ilíquidos.....	54
Gráfico 4.4 - Saldo da carteira de crédito livre e direcionado e seu respectivo percentual.....	55
Gráfico 4.5 - Taxa média de juros das operações de crédito livre, direcionado e total	56
Gráfico 4.6 - Receita x Volume de ativos ilíquidos: bancos públicos e privados	57
Gráfico 4.7 - Receita bruta de ativos x Volume total de ativos: bancos públicos e privados.....	59
Gráfico 4.8 - Captações: contas abertas	61
Gráfico 4.9 - Despesa total de captação	63
Gráfico 4.10 - Despesas exclusivas dos ativos ilíquidos	64
Gráfico 4.11 - Resultado da intermediação financeira x Lucro Líquido.....	66
Gráfico 4.12 - Evolução da receita de serviços	67
Gráfico 4.13 - Evolução das despesas de operação dos bancos	67
Gráfico 4.14 - Gestão de resultados.....	68
Gráfico 4.15 - Impostos	69
Gráfico 4.16 - Lucro, Resultados e Impostos	70
Gráfico 4.17 - Lucro, Resultado da intermediação financeira e Impostos.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Descrição das aplicações de acordo com a definição de keynesiana..	26
Quadro 2.2 - Alíquotas dos Depósitos Compulsórios e Direcionamentos	27
Quadro 3.1 - Percentual de provisionamento pelo CMN.	45
Quadro 3.2 - Regras de Provisionamento pela RFB	45
Quadro 3.3 - Simulação de crédito tributário: ótica CMN x RFB.....	46
Quadro 3.4 - Simulações do reajuste do crédito de diferenças temporais com aumento de alíquota.....	49
Quadro 4.1 - Composição do percentual das operações de crédito do Bradesco	54
Quadro 4.2 – Dívida mobiliária do Tesouro Nacional e Operações Compromissadas	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA EM UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA	13
2.1.1 Visão macro da firma bancária pós keynesiana: ciclo Minskyano	21
2.1.2 Fundamentos micro da firma bancária na visão pós-keynesiana	24
2.1.2.1 Administração do ativo: Preferência pela Liquidez	25
2.1.2.2 Administração do passivo	27
2.1.2.3 Lucratividade dos Bancos	28
2.2 PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS	31
2.3 TRABALHOS EMPÍRICOS	33
3. BASE DE DADOS E METODOLOGIA	35
3.1 BASE DE DADOS	35
3.2 METODOLOGIA	37
3.2.1 Ativos	38
3.2.1.1 Ativos Ilíquidos	39
3.2.1.2 Ativos Líquidos	40
3.2.2 Passivos	41
3.2.3 Administração do Balanço	42
3.2.4 Receita de Serviços	42
3.2.5 Despesas da operação	43
3.2.6 Resultado da Gestão	43
3.2.7 Impostos	44
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	51
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL	51
4.1.1 Ativos Ilíquidos	52
4.1.2 Ativos Líquidos	56
4.1.3 Administração de Ativos	58
4.1.4 Passivo	60
4.1.5 Resultado da Administração do Balanço	64
4.2 OUTRAS CONTAS DE RESULTADO	66
4.2.1 Receitas de Serviços	66
4.2.2 Despesas da operação	67
4.2.3 Resultado da Gestão	68
4.2.4 Impostos	69
4.3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DE RESULTADO	69
5 CONCLUSÕES	73
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	79

1. INTRODUÇÃO

A teoria da firma bancária na visão pós-keynesiana, embasada na preferência pela liquidez, descreve os bancos como sendo instituições que administram ativamente ambos os lados do seu balanço em busca de lucratividade e que interferem nas condições de financiamento da economia e, portanto, no seu produto real (CARVALHO, 2007; PAULA, L.F. 1999, 2006 e 2014). Quando administram o seu ativo, dentro do balanço, os bancos buscam um gradiente entre aplicações líquidas e ilíquidas em consonância com a rentabilidade e o estado de expectativas. Quanto mais líquidos, menos rentáveis são esses ativos e quanto mais ilíquidos a sua rentabilidade aumenta. (CARVALHO, 2007; PAULA, L.F. 2014).

Após a crise global de 2008¹, os bancos privados, que no período anterior apresentaram um comportamento expansionista em sua oferta de crédito, começaram a retrair a disponibilidade de recursos (MARTINS et al. 2013; ARAÚJO e CINTRA, 2011; FREITAS, 2011). A principal justificativa para esse movimento de maior aversão ao risco dos bancos privados, de capital nacional e estrangeiro, era o cenário de incerteza que a economia mundial e nacional se encontrava. Essa retração no crédito para empresas, pessoas físicas e bancos, inclusive, ocasionou rapidamente uma desaceleração na economia (FREITAS, 2011). Diante deste cenário, o governo brasileiro coordenou diversas ações junto aos bancos públicos para compensar essa retração de crédito dos bancos privados e não prejudicar o andamento da economia doméstica (MARTINS et al, 2013; ARAÚJO e CINTRA, 2011; FREITAS, 2011).

O resultado na configuração do sistema bancário nacional é que houve uma inversão na participação entre bancos públicos e privados no volume total de crédito². Esses últimos, que antes dominava o mercado, foram superados pelos bancos públicos. No gráfico 1.1, visualiza-se que, apesar de ter aumentado o volume de crédito em valores brutos, os bancos privados perderam substancialmente o *market share*³ para os bancos públicos. Essa inversão, como colocado anteriormente,

¹ O objetivo desse trabalho não contempla uma discussão sobre a crise global de 2008. Para uma explanação desse acontecimento, recomenda-se a leitura de Kolb (2010).

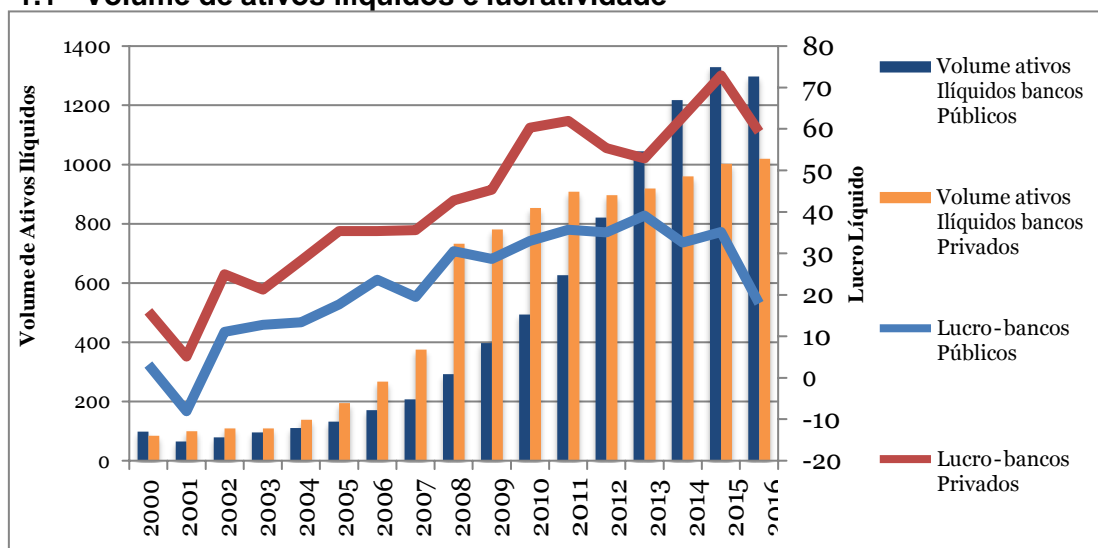
² Para mais detalhes sobre o comportamento dos bancos públicos antes da crise, ver Araujo (2012).

³ O conceito de *market share* que representa a fatia de mercado que uma instituição possui em seu segmento, é amplamente reconhecido com um dos principais determinantes da lucratividade empresarial. Ratificando essa afirmação, há pesquisas que demonstram que quando uma instituição perde *market share*, seja por intensa competição, custos crescentes, ou outra mudança, de uma

resultou das ações contracíclicas do governo implementadas após a crise de 2008, onde a mudança de posicionamento de mercado é observada após a segunda metade do ano de 2012.

Gráfico

1.1 - Volume de ativos ilíquidos e lucratividade



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

Com esse incremento no volume crédito mais discreto dos bancos privados, em relação ao período anterior e considerando que esses ativos são os que apresentam uma maior receita, era de se esperar que a sua lucratividade acompanhasse esse movimento em desaceleração. Todavia, conforme o gráfico 1.1, isso não aconteceu. Nesse período da inversão no percentual de fatia de mercado entre bancos públicos e privados, houve um descolamento ainda maior na lucratividade entre esses bancos. Os privados diminuíram o ritmo de empréstimo, aceleraram a rentabilidade e aumentaram a diferença entre a sua lucratividade e a dos bancos públicos.

Tal comportamento de aumento de lucratividade não era esperado como demonstrado pela citação abaixo:

“quando Banco do Brasil e CEF aumentam suas operações de crédito no auge da crise, a ampliação de *market share* oriunda de tal expediente, além de constituir importante instrumento contracíclico à disposição do governo, impacta a rentabilidade futura dos demais bancos. Isso se deve ao fato de que, em um setor com notada presença de economias de escala, a participação relativa no mercado é uma importante variável estratégica” (PAULA, L.F.; OREIRO; BASÍLIO, 2013).

maneira geral, essa perda, afeta não só a sua posição no mercado como sua lucratividade. (BUZZELL; GALE; SULTAN, 1975)

A compreensão das estratégias, dessas instituições, que obtiveram um resultado diverso ao esperado é uma parte relevante para o entendimento de todo o sistema financeiro. Paula L.F. (2014, p. 112), afirma que funcionalidade de um sistema financeiro e uma proposta política só podem ser feitas após uma análise mais apurada das instituições existentes nesse país. Esse tipo de conhecimento é importante para uma regulação estatal, a qual, como aponta Freitas (2010a), faz-se necessária pois os bancos possuem um papel dual na economia: *macroeconomicamente*, onde a oferta de moeda, por meio do crédito, pode alterar as condições globais de liquidez da economia e *microeconômicamente*, onde as atividades das instituições individualmente, podem afetar e ameaçar a segurança do conjunto do sistema bancário, e por consequência do sistema de pagamentos.

O entendimento desse comportamento percebido dos bancos privados constitui uma importante questão para futuras ações do governo considerando a especificidade da economia e das instituições brasileiras. Com uma melhor compreensão da forma como funcionam, como administram seus balanços e como gerem as operações de fora do balanço, será possível obter um indicativo do caminho que políticas, como, por exemplo, as contracíclicas reagem nesse sistema. Nessa perspectiva, é importante considerar a relevância que o sistema de crédito e financiamento possui em uma economia onde um sistema de crédito maduro propicia um crescimento mais sustentado (LEVINE, 1997).

A questão que fica é que os bancos privados diminuíram a sua participação no mercado nacional e desaceleraram a sua concessão de crédito, mas a sua lucratividade, no lugar de aumentar em um ritmo consoante com a sua desaceleração, apresentou um ritmo de crescimento ainda mais elevado do que no período anterior de expansão. Esse efeito não deveria ter acontecido, pois entre os graus de liquidez dos ativos, há uma relação inversa com a rentabilidade. Ativos mais líquidos possuem, em geral, rentabilidade menor do que ativos ilíquidos, de forma que se os bancos conseguissem uma rentabilidade compensatória com aplicações, em títulos do governo, por exemplo, não faria sentido correr risco com empréstimos que possuem uma maior probabilidade de *default* (PAULA, L.F. 2014). Como a lucratividade está associada a essa escolha, ao diminuir a participação dos ativos mais rentáveis, empréstimos, em seu portfólio essa rentabilidade deveria acompanhar esse movimento.

A problemática que será estudada é o que explica o fato dos bancos privados obterem aumento em sua rentabilidade já que optaram por ativos mais líquidos que, segundo a teoria da firma bancária pós-keynesiana, são menos rentáveis. Para isso, no capítulo 2, de referencial teórico, será feita uma revisão da literatura acerca da temática da firma bancária (neoclássicos x pós-keynesianos) para identificar a que melhor justifica as diferentes ações dos bancos, assim como outros conceitos e contextualizações importantes. No capítulo 3 da metodologia são construídas variáveis para explicar as distintas estratégias. Os resultados serão discutidos no capítulo 4, onde as variáveis definidas na metodologia, serão analisadas para verificar se explicam o aumento da lucratividade dos bancos privados. Por fim, no capítulo 5, será feita com conclusão com base nos resultados da análise dos dados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria da firma bancária possui visões distintas entre as correntes convencional e a pós-keynesiana no papel que a moeda e as instituições financeiras exercem no funcionamento e na dinâmica da economia. Um aspecto relevante para o entendimento dessas teorias que não pode ser deixado de lado, é o fator tempo, e, com ele, uma natural evolução e amadurecimento a medida que as instituições e mercados crescem e se aperfeiçoam.

Como ressaltado por Chick⁴ (1994), ao se desenvolver uma teoria, o proponente pode se inibir com o pressuposto que ela deve ser atemporal e com isso o olhar para as mudanças e desenvolvimento das instituições e mercados pode ser comprometido dando a impressão que a teoria está sempre um passo atrás da prática. Nesse mesmo trabalho, Chick classificou a evolução do sistema bancário em estágios. É com base nesses estágios de evolução do sistema bancário que serão classificadas as teorias existentes e discutido a que melhor se adequa ao caso brasileiro.

Uma vez identificada a teoria que melhor se adequa ao propósito dessa pesquisa, é importante destacar as suas especificidades em uma *visão macro*, pois afeta a economia como um todo e o seu entendimento fundamentará as futuras políticas e a *visão micro*, que irá nortear na compreensão do comportamento dos bancos, bem como na formulação dos indicadores necessários para essa análise.

Partindo do exposto, esse referencial é composto por uma primeira parte que analisa e combina os estágios evolutivos propostos por Chick (1994) com as teorias revisitadas da firma bancária. Uma vez identificada a teoria, há uma discussão do comportamento da firma bancária em uma visão macro e depois em uma micro. A segunda parte conceitua os bancos públicos, que servem como parâmetro de comparação nesse trabalho. Por último, há uma terceira parte que contextualiza a literatura com trabalhos empíricos da época de reversão no *market share*.

2.1 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA EM UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA

No **primeiro estágio** proposto por Chick (1994) os bancos são dependentes dos depósitos, que são constituídos por poupança, para a formação das reservas e por consequência, da capacidade de emprestar. A fonte da reserva é considerada exógena e advém do crescimento na oferta de moeda que as pessoas não desejam

⁴ Publicado originalmente em 1986, nesse trabalho utilizamos a versão em português de 1994.

manter na forma monetária e nas mudanças das preferências do público. Nesse estágio, os bancos funcionam de fato como intermediadores entre os poupadores e investidores, onde a poupança prévia é necessária para que haja o investimento e assim define o seu volume. Nesse primeiro estágio existem muitos bancos de tamanho pequeno e estão semi-isolados geograficamente.

A relação causal entre **R = reservas**, **L = empréstimos ou adiantamentos** e **D = depósitos** é:

$$\Delta D \rightarrow \Delta R \rightarrow \Delta L$$

O primeiro modelo da teoria da firma bancária descrito por Gurley e Shaw (1955) pode ser enquadrado nesse estágio. Ele descreve as instituições financeiras como intermediários entre os fundos dos poupadores e as necessidades das unidades tomadoras que utilizam esses fundos para investimento. Dentro dessa relação os bancos exercem um papel neutro na economia e não criam moeda.

Esse papel neutro foi desenvolvido por Fama (1980) que estabelece a irrelevância dos bancos nas decisões de financiamento, sobre a qual seu comportamento é passivo perante o equilíbrio geral, pois são meros intermediadores e cumprem um papel relativamente neutro no crescimento econômico. Para chegar a conclusão de que os bancos não possuem um papel relevante na determinação geral dos preços, ele analisa duas situações de regulação bancária: as exigências de reserva e as limitações dos juros dos depósitos.

Fama (1980) descreve que a função principal dos bancos é definida como troca de riqueza, ou seja, os bancos atuam como intermediadores entre as riquezas dos agentes. Essa intermediação que é exercida inicialmente de duas formas totalmente distintas: por intermédio da contabilidade (quando transferem os recursos escrituralmente, sem a utilização de moeda) e com troca efetiva de moeda física. Posteriormente, essa função é substituída pela administração de portfólio e é nessa diversificação que gera a competitividade que recairá sobre o teorema de Modigliani-Miller⁵.

O argumento explicativo para essa afirmação é que os bancos estão mais preocupados com taxas do que com tipos de portfólios que eles oferecem, então, no equilíbrio geral, eles irão oferecer, no agregado, diferentes portfólios até o ponto que

⁵ Em resumo, esse teorema diz que, partindo de alguns pressupostos, a estrutura de capital é irrelevante para determinar o valor da empresa (MODIGLIANI e MILLER, 1953).

consigam a mesma taxa por essa administração. Caso algum banco individualmente perturbe esse equilíbrio, disponibilizando mais ou menos de um determinado ativo e os outros bancos não supram essa diferença, as taxas de administração desse ativo também serão ajustadas, fazendo com que os bancos reajam ofertando mais ou menos desse ativo. Esse movimento fará com que o mercado volte ao equilíbrio inicial. É com base nesse movimento que os resultados da rentabilidade dos ativos tendem ao equilíbrio. Os bancos respondem às preferências dos demandantes e ofertantes do portfólio de ativos, sendo simples intermediários e ocupam uma posição passiva no equilíbrio geral (FAMA, 1980).

No **segundo estágio** da classificação feita pela Chick (1994), o conceito do multiplicador bancário é consolidado. A lógica é que os bancos adquiriram a confiança do público, dentre outras formas, por meio da criação de agências, e com isso a dispersão dos riscos. Passa a haver um incentivo ao uso de depósitos como meio de pagamento, isso faz com que após o empréstimo ser efetuado, ele volta ao sistema bancário como fruto de balanços de transações e não apenas como fruto de poupança como no estágio anterior. Como os depósitos advindos dos empréstimos agora se mantêm de forma significativa no sistema bancário, desencadeia o multiplicador bancário, que aumenta os meios de pagamentos. A relação causal nesse estágio é:

$$\Delta R \rightarrow \Delta L \rightarrow \Delta D$$

Nessa visão, os depósitos são uma consequência uma vez que os bancos emprestarão uma razão das reservas (considerando o valor que deve ser retido para salvaguardar a saúde financeira do sistema).

$$\Delta D = (1/r) \Delta R$$

Um outro ponto teórico importante desse estágio é que o investimento pode preceder a poupança. A lógica por trás dessa afirmação é que, no sistema, os empréstimos baseados nos depósitos advindos de poupança ou de fluxo de consumo podem se destinar ao financiamento de investimentos como, por exemplo, construção de instalações/equipamentos. Desse investimento, novos depósitos são gerados decorrente do aumento na renda, fruto do incremento da produção, gerando uma poupança *ex post* que se iguala ao investimento *ex post*. Esse aumento de renda permite a circulação de maior valor e volume de bens e serviços.

A atitude dos bancos ainda é passiva quanto à busca dessas reservas e elas ainda chegam ao sistema da mesma forma que antes, ou seja, via preferências em não manter saldos em dinheiros e por meio das ações dos Bancos Centrais no *open market*. Essa última se consolida cada vez mais com o passar do tempo e aprimoramento das instituições o que permite que existam nesse estágio mercados financeiros bem desenvolvidos.

Essa fase corresponde em parte a “visão velha” dos bancos comerciais exposta por Tobin (1987), o ponto crucial da semelhança é o papel do multiplicador que foi consolidado nesse estágio. Nessa visão, o quantitativo monetário não sai do sistema, pois na sua analogia a moeda sai e volta como na lógica do jogo da “batata quente”, que passa de mão em mão sem sair do conjunto. Assim, os bancos comerciais possuem um poder ilimitado de criação de moeda e por causa disso devem ser restringidos com a regulamentação das reservas.

Santomero (1984), em sua resenha acerca da literatura da firma bancária, classificou os trabalhos até então desenvolvidos, em três principais linhas teóricas de atuação: **a administração do ativo; a administração do passivo e a administração de ambos lados do balanço**. Como o mesmo ressaltou, essa classificação da literatura⁶ não segue uma linha suave e contínua do seu desenvolvimento, todavia, optou-se por utilizá-la com a finalidade de esquematizar os estágios de Chick em uma forma simplificada. Cada uma dessas classificações descrevem um rol de trabalhos que foram enquadrados como tendo essas características de direcionamento teórico.

A administração do ativo de Santomero pode ser alocada nesse **segundo estágio** de Chick, pois aqui eles desenvolvem a dispersão dos riscos, mostrando os bancos como tendo duas funções principais: a de diversificação e a de avaliador de risco de crédito. Na primeira forma, os bancos possuem a finalidade principal de pulverização do risco. Eles conseguem atingir esse objetivo uma vez que possuem a habilidade de explorar a escolha ótima de portfólio face às restrições unitárias dos depositantes. Os bancos, mesmo ganhando com isso, conseguem oferecer a combinação ótima de risco e retorno dos recursos, alinhando a diversificação à redução dos custos de transação. No papel de avaliador de risco, o banco é visto como possuidor de informações privilegiadas, o que faz com que otimize o resultado

⁶ Para uma outra revisão da literatura sobre esse tema consultar Baltensperger (1980), que foi, inclusive, um dos trabalhos em que Santomero (1984) se baseou.

para os depositantes, uma vez que sozinhos não conseguiriam o mesmo desempenho (SANTOMERO, 1984).

No **terceiro estágio**, o recorte feito por Chick está nos mecanismos dos empréstimos interbancários que se desenvolvem. Há utilização mais eficiente das reservas disponíveis, ou seja, do passivo para fomentar os empréstimo à vista, na medida que a mesma foi complementada também pelos empréstimos interbancários. Isso faz com que o multiplicador seja ainda mais rápido. As demais características apresentadas no segundo estágio e a ordem de causalidade se mantém. Até essa parte do desenvolvimento do sistema, em uma visão macro é aceitável, embora com alguns questionamentos, a ideia de que a autoridade monetária ainda controla as reservas e, conseguinte, a oferta de moeda.

A segunda classificação de Santomero (1984), na qual os bancos possuem como finalidade principal a de **administração do passivo**, pode ser enquadrada nesse estágio, uma vez que aqui há utilização mais eficiente das reservas, isto é, do passivo. Nessa definição, a característica central da unidade monetária é a habilidade de minimizar os custos de transações que convertem a renda na cesta ótima de consumo. Essa literatura compartilha a posição de que a lucratividade é em função dos custos de transações, incertezas e taxas de retorno relativas. O mecanismo monetário oferece aos bancos a oportunidade de atrair empréstimos que serão reinvestidos com *spread* positivo. De qualquer forma, essas visões não contemplam o pressuposto de mercados perfeitos ⁷ e admitem a possibilidade de monopólio (SANTOMERO, 1984).

A crítica de Tobin (1963) a essa visão velha é que, no geral, os bancos são vistos como monopolistas, quando na verdade o sistema financeiro possui diferentes agentes e a moeda emprestada pode não retornar integralmente aos mesmos. Por sua vez, as reservas fixadas não chegam a ser um limitador de empréstimos, uma vez que os bancos podem recorrer ao banco central (BC), a outros bancos no mercado interbancário ou vender títulos de curto prazo para atender as suas necessidades de caixa.

⁷ Nesse mercado há um grande número de participantes e nenhum poder para afetar o nível de oferta e nem o preço.

No **quarto estágio**, os bancos se tornam mais ousados podendo até expandir os empréstimos além da capacidade de suas reservas. Fazem isso pois contam com o BC para honrar com seus compromissos de liquidez. Ao socorrer os bancos, o BC cobra uma taxa acima do interbancário e tal diferencial pode regular, em parte, o volume que os bancos se expõem, na medida que com o aumento das taxas o lucro é afetado. Caso a política seja por manutenção da taxa de juros, esse volume dependerá da demanda por empréstimos, uma vez que as reservas deixam de ser um fator inibidor e a cada novo empréstimo esse volume é novamente depositado atendendo essa necessidade de reservas. É válido destacar que mesmo com as taxas dos empréstimos mais alta, os bancos continuarão a utilizá-los sempre que essa expansão for rentável.

A sequência causal dessas relações nesse estágio são:

$$\Delta L^d = \Delta L \rightarrow \Delta D \rightarrow \Delta R$$

L^d = demanda por empréstimos e L = o volume do que foi de fato emprestado.

Os bancos evoluíram para um estágio em que as reservas deixam de ser um inibidor de novos empréstimos e assim não apresentam as propriedades descritas anteriormente sobre o multiplicador. Diferentemente do estágio anterior, em que a oferta de moeda pode ser determinada exogenamente, esse se aproxima mais da visão extrema de Moore (1988), da oferta de moeda ser completamente elástica (endógena). Apesar de pós-keynesiano, essa visão horizontalista, diferentemente da abordagem pela preferência pela liquidez que será vista no próximo estágio, está mais apropriada a essa classificação do desenvolvimento do sistema bancário.

Segundo Paula L.F. (1999, p.5), o próprio trabalho de Keynes desenvolvido no *Treatise on money*, de 1930, em parte pelo contexto histórico, pode ser classificada nesse *quarto estágio* onde o banco central já existe como emprestador de última instância e assim permite que os bancos atuem de maneira mais arriscada, atendendo as demandas de crédito, e com isso elevando as suas operações para um patamar acima da capacidade inicial de reservas desse sistema. Assim, Keynes analisa o comportamento dos bancos mais a fundo e demonstra que o *trade off* principal não é o quanto os bancos emprestarão e sim em que tipo de investimento e em qual proporção.

Nesse estágio, embora tenha suas bases na classificação de **administração de ativos** de Santomero, também pode ser enquadrado na teoria de seleção de portfólio de Tobin (1987), em que o passivo depende das preferências dos agentes e cabe aos bancos administrar o portfólio do ativo. Em caso de maior risco, os custos esperados para manter a liquidez aumentaria e assim reduziria a criação de moeda como forma de manter mais reservas líquidas. Nessa visão, os bancos buscam minimizar os custos relacionados ao risco de insolvência e maximizar lucro. Essa é a “visão nova”, na qual os bancos gerenciam o portfólio com objetivo de maximizar o lucro e são neutros ao risco.

Tendo como precursor Klein (1971), na classificação de Santomero **da administração de ambos os lados do balanço**, esses modelos, de uma forma geral, tentam otimizar tanto o ativo quanto o passivo bancário sem esquecer das relações entre risco de crédito e taxas de juros. Apesar de incluir a atividade de administração do passivo, que só será contemplado por Chick no próximo estágio, a essência dessa classificação reforça ainda o papel dos bancos de “aceitar” os depósitos que chegam até ele, alocando esse capital de uma forma que otimize o seu resultado e não buscando e atraindo os recursos ativamente como será visto no próximo estágio. Há o desenvolvimento de certa modelagem para otimização de ativo e passivo, mas a busca desses recursos ainda é apática não apresentando iniciativa de captação por parte dos bancos.

No **quinto estágio** descrito por Chick (1994), os bancos passam a administrar ambos lados balanço, ou seja, não só o do ativo, como também o passivo. A busca pela reserva é ativa, tentando não só reter, como atrair e estimular os depósitos e poupança. Do lado da aplicação de recursos também deixam de apenas atender as solicitações factíveis de empréstimos para uma busca ativa de novos negócios. Esse movimento é estimulado pela concorrência que, na busca pela maximização de lucros, ultrapassa esse ponto se tornando um modelo de “maximização de vendas”. A ordem de causalidade nesse estágio de expansão agressiva, passa a ser:

$$\Delta L^s = \Delta L \rightarrow \Delta D \rightarrow \Delta R$$

Onde L^s é visto como a vontade dos bancos em emprestar. A atitude passiva do estágio anterior é substituída por essa atitude ativa de ambos lados do balanço. Uma interpretação desse estágio aceita pela autora sustenta a possibilidade da não existência de competição estável e bem definida, pois tanto a demanda como a oferta

por empréstimos só é finita na ausência de riscos morais. Como os riscos são inerentes a atividade dos governos, empresas e bancos a oferta e a demanda não são claramente definidas, tornando problemática a solução competitiva sem uma regulação das reservas.

Em um trabalho posterior, Chick (1988), incluiu um **sexto estágio** no qual esse desenvolvimento bancário é caracterizado pela securitização dos seus empréstimos com a finalidade de mitigar o risco de iliquidez pertencente a atividade. Desta forma, eles se tornam menos dependentes do prestador de última instância, ou seja, dos bancos centrais.

Abordagem pós-keynesiana, que vê a preferência pela liquidez como base para o comportamento dos bancos na dinâmica da administração de seu balanço e que esse resultado possui um papel central na dinâmica monetária de uma economia empresarial, é classificada a partir do quinto estágio. Nessa visão os bancos baseiam suas escolhas com base nas expectativas sobre um futuro incerto e, assim, montam seu portfólio conciliando lucratividade com a sua escala de preferência pela liquidez. Os dois lados do balanço passam a ser não só administrados, mas perseguidos pelos bancos, que procuram influenciar as preferências dos depositantes por meio de inovações financeiras e gerenciamento de obrigações. Os bancos possuem expectativas e motivações próprias que modificam as condições de financiamento da economia e com isso o nível de gastos dos agentes, afetando as variáveis reais como emprego e produto (PAULA, L.F. 2014).

Uma vez revisitada as teorias à luz da modelagem evolutiva proposta por Chick e comparando com a realidade brasileira, é possível destacar as principais características semelhantes:

- administração ativa do passivo: os bancos vão ao mercado para atrair e reter depósitos e poupança e não apenas administram otimamente o que recebem;
- a capacidade que os bancos possuem em alterar a economia: no exemplo dado os bancos podem influenciar no viés inflacionário, uma vez que ao atrair recursos em qualquer fase do ciclo, seja no período da expansão, ou recessão, aumentam a sua capacidade de emprestar, injetando mais moeda na economia;
- a inversão na ordem de L^d para L^s : o desejo de emprestar dos bancos agora é o que coordena a ordem causal na concessão de empréstimo, ao contrário dos

outros modelos neo-clássicos, nos quais os bancos atendem passivamente a demanda por recursos do público.

Com exceção dos trabalhos de Keynes e Moore, todos os outros trabalhos que foram destacados até o **quarto estágio** estão enquadrados nos modelos neo-clássicos. Esses modelos receberam algumas críticas por não se enquadrarem nas características do **quinto estágio** em diante, das quais será salientado as feitas por Paula L.F. (2014, p. 24):

1ª: O passivo bancário depende apenas das escolhas dos agentes. Os bancos não possuem um papel ativo nessa alocação.

2ª: O *trade off* entre empréstimo e reserva pode ser inadequado, porque na prática o acúmulo de reservas não tem sido a forma utilizada para atender a liquidez.

Como também destacado por Freitas (2010a, p. 240) na análise da evolução institucional do sistema bancário, conclui-se que:

“... os bancos não são nem máquinas criadoras de moeda que funcionam passivamente sob o comando da autoridade monetária, nem simples intermediários financeiros entre os devedores e os credores finais, como preconizam os teóricos do *mainstream*.”

Logo, as semelhanças entre os modelos corroboram para a escolha da visão da firma bancária em uma perspectiva teórica pós-keynesiana com enfoque na preferência pela liquidez. Assim, será possível a tentativa do entendimento do funcionamento do sistema financeiro brasileiro, uma vez que essa abordagem teórica contempla todas as características principais descritas a partir do **quinto estágio** de Chick.

2.1.1 Visão macro da firma bancária pós keynesiana: ciclo Minskyano

Os bancos em uma perspectiva macroeconômica desempenham dois papéis principais: o de criadores de moeda, por intermédio da concessão de crédito e o de intermediários financeiros, onde atuam como elo entre a esfera de circulação financeira e a produtiva. Assim, eles são capazes de modificar as condições de liquidez da economia, atuando ao mesmo tempo como criadores de moeda e como intermediários financeiros. A partir desses dois papéis principais eles exercem influência na dinâmica e na desestabilização da economia (FREITAS, 2010a). É importante esclarecer que no papel de criar moeda, eles não atendem passivamente as regulações do banco central e ao intermediar, agem dinamicamente conforme seus próprios objetivos e estado de expectativas e não satisfazendo a simples necessidade

do mercado de empréstimos e aplicações. Esse processo da influência que os bancos exercem pode ser explicado a partir do seu comportamento no ciclo minskyano.

Em Minsky (2008), os bancos mudam o desejo de conceder crédito consoante a expectativa de viabilidade dos projetos de investimentos e do valor das garantias. A percepção dos retornos, assim como da avaliação do valor do colateral irá variar conforme o momento do ciclo econômico. O argumento de Minsky é de que a forma pela qual as firmas financiam a aquisição de bens de capital e seu grau de alavancagem junto ao setor bancário é responsável pelo comportamento cíclico da economia.

A hipótese da fragilidade financeira se baseia no processo dinâmico da manutenção de crescimento por meio do endividamento. Isso acontece face a mudança da percepção de risco dos agentes econômicos, o que os leva a diminuir suas margens de segurança e assumir posturas financeiras especulativas. A combinação entre a escolha dos ativos e os meios de financiamento definem o grau de vulnerabilidade dessa economia frente as conjunturas adversas. As três posturas financeiras, resumidas a seguir, são baseadas no conceito de margem de segurança, que é a diferença entre dois fluxos: o de lucros esperados e o fluxo de compromissos financeiros contratados, quanto maior essa margem, menor a chance de não conseguir honrar o compromisso (MINSKY, 2008):

Hedge: Essa é a postura conservadora, onde as margens de segurança e o lucro permitem que as despesas com juros e amortizações sejam honradas, pois essas margens cobrem eventuais elevações na taxa de juros.

Especulativas: Possuem uma margem de segurança menor do que na posição anterior, especulam que não haverá aumento na taxa de juros de forma que inviabilize os projetos e, em geral, nos períodos iniciais, os lucros não são suficientes para pagar o total do serviço da dívida. Contudo espera-se que posteriormente os lucros futuros compensem esses déficits. Assim precisam de refinanciamento de parte das obrigações.

Ponzi: É um caso extremo de especulação em que no futuro próximo os lucros não são suficientes para cobrir os juros e principal e novos empréstimos são necessários para o cumprimento das obrigações, o endividamento cresce mesmo que os juros não aumentem.

Uma das consequências desse conceito de fragilidade financeira é o efeito da política monetária restritiva para conter a demanda agregada. O aumento da taxa de juros produzirá efeitos diversos em uma economia caracterizada predominantemente por agentes *hedges* ou *especulativas e ponzis*. No primeiro caso, espera-se redução de gastos e lucros, no segundo pode-se inviabilizar o pagamento das dívidas e iniciar uma crise financeira (MINSKY, 2008).

Essa mudança na postura ao longo do ciclo não é percebida pelos agentes. O aumento dessa fragilidade é lento pois o ciclo econômico influencia e é influenciado pela percepção de risco dos agentes em função do seu estado de expectativas.

Na fase de expansão, a expectativa de retorno dos investimentos assim como o valor do colateral são maiores, enquanto no descenso cíclico as expectativas de valores de retorno e colateral diminuem. Quando a postura é por maiores margens de segurança, os bancos privilegiam o retorno dos seus investimentos, isto é, no retorno de caixa esperado, formatando uma postura de financiamento *hedge* com prazos mais curtos visando diminuir o risco de crédito. Quando a expectativa é menos conservadora, abre espaço para a concessão de crédito baseada no valor dos ativos dados em garantia, aumenta a participação de ativos mais ilíquidos e com prazos mais longos privilegiando a rentabilidade (MINSKY, 2008).

Em período de prosperidade econômica, os bancos diminuem a preferência pela liquidez e aceitam práticas financeiras mais agressivas gerando em um caso extremo de especulação uma postura *Ponzi*. Essa postura, também pode se estabelecer caso a renda esperada caia, fruto, por exemplo, de um aumento na taxa de juros além dos níveis esperados tanto pelo tomador quanto pelo prestador (MINSKY, 2008).

Quando a economia está em crescimento, os agentes diminuem a sua margem de segurança sem que isso modifique as suas preferências individuais de risco e retorno, o que diminui é a percepção do risco. Esse carácter contraditório pode induzir ou ampliar a instabilidade financeira da economia. É isso que embasa a hipótese de fragilidade financeira no ciclo de Minsky. Quando se está na fase expansionista de crescimento, menor é a resistência a choques adversos, pois a estabilidade econômica é um processo endógeno sustentado pela fragilidade financeira.

Portanto, as decisões de busca pela lucratividade dos bancos dentro do ciclo econômico de Minsky são influenciadas pelas previsões dos bancos e tomadores

quanto ao retorno dos projetos. Quando a economia está recém saída de uma crise a memória de falências e firmas endividadas contém os investimentos ao passo que, quando volta a crescer, os maiores lucros e menor grau de utilização da capacidade produtiva estimulam novos investimentos por parte dos agentes e menor preferência pela liquidez por parte dos bancos.

2.1.2 Fundamentos micro da firma bancária na visão pós-keynesiana

Partindo do princípio que as funções dos bancos de criação de moeda e de fornecer liquidez são independentes e que esse sistema é crucial para a determinação no nível de atividade econômica, Dymski (1988) desenvolveu uma modelagem microeconômica da teoria pós keynesiana da firma bancária. Nesse trabalho, a chave, para demonstrar a instabilidade causada pelos bancos na economia, é a administração concomitante de ambos lados do balanço. O conceito de multiperíodo para empréstimos e captações é introduzido, com isso os bancos administram o hoje com base na carteira já existente. Essa carteira prévia impacta na lucratividade ótima e isso faz com que a atividade esteja normalmente em um desequilíbrio. Além disso, o comportamento dos bancos é independente do nível de atividade econômica, o que os guia na criação de crédito é o estado das expectativas. (DYMINSKI, 1988)

Esse ambiente é caracterizado pelo conceito de economia monetária da produção de Keynes, onde existe uma incerteza não probabilística e a moeda não é neutra, uma vez que é vista como um ativo que afeta as decisões dos agentes (CARVALHO, 1992). Nessa visão, os bancos são capazes de criar crédito independente de poupança prévia, possuem expectativas e motivações próprias, determinam as condições de financiamento e com isso o poder de compra para a aquisição de ativos de capital (PAULA, L.F. 2014).

Assim como na “nova visão” neoclássica, os bancos objetivam o lucro, só que agora não são mais neutros ao risco, tomam suas decisões considerando a sua preferência pela liquidez em condições de incerteza radical. Precisam conciliar os compromissos dos empréstimos com a preservação da liquidez do ativo em um ambiente incerto. Assim, conciliam o seu portfólio entre lucratividade e escala de preferência pela liquidez. Esse comportamento de preferência pela liquidez é similar ao de qualquer outro agente cuja atividade é especulativa e demande um certo grau de cuidado e proteção. Desta forma, quando suas expectativas forem desfavoráveis

“ele poderá preferir ativos mais líquidos em detrimento dos empréstimos de prazo mais longo (PAULA L.F, 2014, p. 27, grifo nosso).

Segundo Minsky (2008), a consequência prática é que a oferta de crédito por parte dos bancos flutua consonante com as expectativas acerca do tomador auferir lucros nos seus projetos de investimentos e honrar o compromisso. Tais perspectivas podem aumentar ou diminuir a oferta de crédito nessa economia o que afeta além do financiamento, o comportamento cíclico dos preços, da renda e do emprego.

É como base nessas expectativas que os bancos irão administrar o seu balanço tanto do lado do ativo, quanto do passivo, pois, sendo um negócio dinâmico, buscam nas inovações formas de auferir mais lucro e com isso modificam a escala de preferência dos depositantes. Dessa ação resulta inclusive formas de contornar regras da autoridade monetária que pretendem regular o sistema. ⁸

Os bancos administram o seu balanço ativamente por meio de inovações financeiras, gerenciamento das reservas ou, ainda, tomam emprestado do BC para viabilizar a expansão dos ativos. Logo, do lado do passivo, passam a influenciar nas preferências dos depositantes, seja no volume ou nas linhas de aplicações, como, por exemplo, depósitos à vista ou à prazo, consonante com a exigência de reservas mais favoráveis à sua administração. Do lado do ativo, embasados pela preferência pela liquidez, distribuem seus recursos em diferentes alocações de rentabilidade e risco de acordo com as expectativas.

Nas seções a seguir será desmembrado a lógica por trás da administração do ativo, da administração do passivo e de como é formada a lucratividade.

2.1.2.1 Administração do ativo: Preferência pela Liquidez

Keynes ⁹ (1996), na Teoria Geral, define inicialmente três motivos para a demanda por moeda e, portanto, pela preferência pela liquidez. A primeira, mais básica, que é a necessidade de dinheiro para efetuar as transações financeiras, a segunda, que é pelo motivo de precaução como um desejo de segurança quanto ao futuro, e a terceira, que é pelo motivo especulativo na qual, quando existe incerteza, o objetivo maior é assegurar a lucratividade e com isso especular sobre o comportamento futuro da Taxa de juros. Em resposta a uma crítica, ele acrescentou

⁸ Uma exemplificação disso pode ser vista em Carvalho (2015, p. 268)

⁹ Publicada originalmente em inglês em 1936, nesse trabalho está referenciada na versão traduzida em português da coleção dos economistas.

posteriormente o motivo *finance* que se refere a demanda por moeda por motivo não rotineiro, mas planejado (CARVALHO et al, 2015).

A teoria da preferência pela liquidez em Keynes, foi inicialmente desenvolvida com base em dois ativos: moeda e títulos, em que a taxa de juros é “a recompensa por abrir-se mão da liquidez”, posteriormente na *teoria de precificação de ativos* no capítulo 17 da Teoria Geral ele insere diferentes graus de liquidez que deveriam ser calculados para cada ativo (KEYNES, 1996):

$$r_A = a + q - c + l$$

q = rendimento do ativo;

c = custo de carregamento incorrido na sua conservação;

l = seu prêmio de liquidez

a = seu valor de mercado (taxa de apreciação)

O *trade off* é dado entre os retornos monetários esperados ($a + q - l$) e o prêmio de liquidez (l), sendo que quando a incerteza aumenta, o prêmio de liquidez é maior e a moeda como ativo passa a disputar a preferência dos agentes econômicos com os demais ativos. Nessa visão, os bancos precisam definir não o quanto emprestarão no agregado, mas sim, em quais formas os recursos deverão ser divididos. Keynes divide as aplicações em três categorias: a) Letras de câmbio e *call loans*- empréstimo de curtíssimo prazo no mercado monetário; b) Investimentos-aplicações em títulos de terceiros público e privado e c) Adiantamentos- Empréstimos em geral (PAULA L.F, 2014).

Quadro 2.1 - Descrição das aplicações de acordo com a definição de keynesiana

ATIVO	RENTABILIDADE	GRAU DE LIQUIDEZ
Letras de câmbio e <i>call loans</i>	Pequena	Alta
Investimentos	Pequena	Média
Adiantamentos	Alta	Pequena

Fonte: Paula L.F (2014, p. 33)

Como é possível perceber no quadro 2.1, nesses exemplos citados há uma relação inversa entre rentabilidade e grau de liquidez. A taxa de rentabilidade de uma ativo está inversamente relacionada ao seu prêmio por liquidez, que reflete o custo de transação (ou seja, como taxas, impostos, registros exigidos em cartório pela legislação vigente, velocidade, dentre outros) em transformar o ativo em moeda no

caso de mudança de portfólio. São essas escolhas, orientadas pela combinação de rentabilidade e liquidez que resulta em expansão ou contração da oferta de moeda.

Os bancos procuram explorar o *trade off* rentabilidade e liquidez. Quando se direcionam para liquidez em detrimento da rentabilidade, optam por ativos mais líquidos com menor lucratividade e quando se direcionam para rentabilidade em detrimento da liquidez, optam por ativos menos líquidos que possuem maior retorno. Essas escolhas são independentes da demanda por crédito ou dos retornos esperados dos projetos de investimentos e com isso poderão não atender o mercado (PAULA, L.F. 2014, 2006).

2.1.2.2 Administração do passivo

A administração do passivo bancário envolve a participação de diversos tipos de obrigações inclusive o grau de alavancagem (utilização do Patrimônio Líquido). Assim, os bancos não recebem apaticamente os recursos, eles atraem mais recursos e direcionam as obrigações de uma forma mais lucrativa para a instituição. Um exemplo disso são os direcionamentos dos compulsórios. Abaixo consta a quadro 2.2 com os valores simplificados de compulsórios e suas respectivas remunerações cobradas em 2016 no Brasil:

Quadro 2.2 - Alíquotas dos Depósitos Compulsórios e Direcionamentos¹⁰

Depósitos Compulsórios e Direcionamentos		Taxa	
		Alíquota	Remuneração
Recursos à Vista	Compulsório	45,00%	Sem Remuneração
	Rural	34,00%	Taxa máxima de 11,25a.aa
	Microcrédito	2,00%	Taxa Máxima de 4%a.m.
	Livre	19,00%	
Poupança	Compulsório	24,50%	Poupança
	Exig. Adicional	5,50%	Selic
	Imobiliário	65,00%	
	Livre	5,00%	
Recursos à Prazo	Compulsório	25%	Selic
	Exig. Adicional	11,00%	Selic
	Livre	64%	

Fonte: BANCO ITAÚ, 2016.

Com a utilização das inovações financeiras, os bancos conseguem contornar as regulamentações e restrições do BC e alavancar recursos para financiar os

¹⁰ Essas regras sofreram alteração em 2017. Quadro com resumo das novas regras pode ser consultado em BACEN (2018a)

empréstimos e, desta forma, a base de reservas se expande endogenamente atendendo às demandas do público desde que sejam lucrativas para os bancos. “*Um dado volume de reservas pode ser sustentado por diferentes quantias de obrigações, dependendo da composição e grau de absorção de reservas*” (PAULA L.F., 2014, p. 44. Grifo nosso).

Uma forma de entender a dinâmica dessa administração em um sistema sem regulação governamental, é por meio do Balanço Bancário simplificado proposto por Paula L.F. (2014, p. 44):

Balanço Bancário simplificado

$$Dv + Dp(r) = At$$

Dv = Depósitos à vista

$Dp(r)$ = Depósitos à prazo que rendem a uma taxa (r)

At = Total de ativos

O total do ativo é igual ao total do passivo: $Dv + Dp(r)$. Quando r aumenta os custos em Dp crescem, logo os bancos irão substituir as obrigações com baixo grau de reservas Dp por Dv , assim os custos abertos diminuem e os custos encobertos aumentam. Quando se igualam, os bancos irão criar novas formas de passivo e remunerar melhor os passivos existentes que economizam reservas, diminuindo o custo de oportunidade da manutenção de depósitos ociosos. “*A habilidade de criar substitutos para reservas e minimizar sua absorção é uma propriedade essencial de um sistema bancário maximizador de lucro*” (cf. PAULA, L.F. 2014, p.45).

Nesse exemplo, os depósitos à vista não possuem compulsórios. No caso brasileiro, onde existe a regulação das reservas, como visto no quadro 2.2, os bancos irão direcionar o seu passivo para as linhas onde há uma menor exigibilidade e uma maior remuneração. (CARVALHO, et al. 2015)

2.1.2.3 Lucratividade dos Bancos

Uma vez visto que a administração de ambos os lados do balanço é essencial para o objetivo da maximização do lucro, agora, a partir da equação geral da

lucratividade¹¹ será analisado os seus outros componentes principais, um implícito, que é o *spread* e os outros dois próprios da equação, que são as receitas de serviço e os custos administrativos.

$$\Pi = [(r_a - r_p) \cdot V] + R_t - C_a$$

Π = Lucro

r_a = taxa média recebida dos ativos

r_p = taxa média paga nas obrigações

V = volume total das operações

R_t = receitas com tarifas

C_a = custos administrativos

A partir dessas relações são discorridos sobre os três componentes principais que determinam a lucratividade:

Spread: O *spread* bancário na definição do Banco Central (2018b) é a diferença, em pontos percentuais (p.p.), entre a taxa de juros cobrada nos empréstimos e financiamentos (taxa de aplicação) e a taxa de captação:

$$\text{Spread bancário} = \text{Taxa de aplicação} - \text{Taxa de Captação}$$

Aplicando simplificadaamente à equação da lucratividade, é a diferença entre a taxa média recebida dos ativos e a taxa média paga nas obrigações, ou seja, $r_a - r_p$. Ainda segundo o BC, o *spread* deve ser entendido como uma diferença de custos da instituição como despesas administrativas, impostos, provisão para o caso de inadimplência, entre outros, onde o lucro da instituição financeira é o que resta após a cobertura dessas despesas. Quanto às estatísticas de *spread* bancário calculadas e divulgadas, correspondem a diferença nas estimativas das taxas de juros das operações de crédito, informada pelas instituições e do custo médio de captação que se baseiam em indicadores do mercado financeiro. (BACEN, 2018b)

A partir da visão pós-keynesina, “a lucratividade dos bancos é determinada fundamentalmente pelos ganhos líquidos de seus ativos” (PAULA L.F., 2014, p.45,

¹¹ Retirado de Paula L.F (2014)

grifo nosso). Esses ganhos podem ser dar de duas formas principais, aumentando o volume emprestado ou aumentando a taxa que é cobrada por esse ativo. Na visão do aumento de volume, a lógica é que quanto mais otimista, mais agressiva será a estratégia e, portanto, mais descasado será o seu balanço, com passivos de menor prazo e ativos mais longos e de risco mais alto, baseados mais em garantias do que em viabilidade. Já na visão de aumento do *spread*, terá estratégias diferentes mediante as expectativas de oscilações na taxa de juros: ➤ Se for de baixa- os ~~dos~~ prioritizados serão os de taxa fixa e maior prazo para revisão de taxa e os passivos serão de curto prazo e taxas variáveis. ➤ Se for de alta- os ativos prioritizados são os menor maturidade média e taxas de juros variáveis enquanto o passivo são os taxa prefixada e prazo mais longos (PAULA, L.F. 2014)

Em estudos empíricos sobre o que influencia o nível de *spread*, há evidências que apontam entre outros fatores o custo de captação, nível de regulação do setor, grau do risco de crédito, volatilidade da taxa de juros, correlação positiva com o poder de mercado e margens maiores para bancos avesso ao risco. (WONG, 1997; DEMIRGÜÇ-KUNT; HUIZINGA, 1999; OREIRO et al, 2006)

Receita de Serviços e Custos Administrativos: Como visto na primeira equação da lucratividade ($\Pi = [(r_a - r_p) \cdot V] + R_t - C_a$), pela teoria convencional, o lucro é predominantemente determinado pelo resultado dos ativos, contudo o componente R_t (receitas com tarifas) e C_a (custos administrativos) não estão diretamente associado aos ativos, mas podem vir a influenciar o resultado final. Em trabalho realizado acerca da concorrência bancária, Freitas (1997, p.78) chega a seguinte conclusão: “Nesse sentido, eles administram ativamente os dois lados do balanço e utilizam igualmente de expedientes, como as transações fora do balanço.”

Por transações fora do balanço entende-se o R_t de uma forma mais ampla, não apenas como resultado de tarifas, mas como resultados de outros serviços do banco, como comissões de vendas feitas com cartões nas funções de débito e crédito, taxas de administração, comissões de cobrança, tarifas de operações de crédito além do resultado de operações como seguros, previdência, capitalização e consórcios. Especialmente para os bancos públicos, existem as receitas de serviços ao governo.

Os custos administrativos, que nesse trabalho terá uma definição contábil de despesas administrativas¹², por sua vez, correspondem ao gasto de toda a atividade da instituição, sendo oriundos tanto da intermediação financeira, como das vendas de serviços. As despesas possuem um papel relevante na determinação do spread, conforme estimativa do Banco Central que calculou que uma redução de 1,0% nas despesas administrativas dos bancos geraria uma redução de 1,55% no *spread* (KOYAMA e NAKANE, 2001).

Freitas (2010a) destaca, ainda, que os bancos na intenção de aumentar a lucratividade, buscam continuamente por inovações. Esses aperfeiçoamentos são obtidos de diversas formas como: diferencial na taxa de juros entre os recursos captados e emprestados, comissão nas linhas de crédito, avais bancários, cobranças, gestão de passivos privados dentre outros serviços.

Em resumo, na avaliação da lucratividade dos bancos existem quatro indicadores principais:

- ativos líquidos, caracterizados por uma rentabilidade mais baixa;
- ativos ilíquidos, representando os empréstimos de uma forma geral com uma rentabilidade mais alta;
- custo do passivo, quanto menor, maior a lucratividade;
- receita de serviços, indicando o resultado de todas as demais transações que não estão relacionadas ao balanço, isto é, as relações entre ativos e passivos.

2.2 PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS

O papel dos bancos públicos já foi testado e estudado em diversos trabalhos. Alguns estudos demonstram a baixa performance e ineficiência em atingir o seu propósito. Já a literatura que os aprova e defendem, possui duas visões principais, uma mais restrita e a outra mais ampla. A restrita os relaciona a uma certa imaturidade, ou incompletude em seus sistemas ou mercados financeiros. A justificativa da sua existência está atrelada a falhas deixadas pela iniciativa privada, principalmente para demandas específicas, como, créditos para um determinado segmento ou o atendimento para áreas periféricas. A visão mais ampla enxerga a

¹² As despesas são de caráter geral, de difícil vinculação aos produtos, enquanto os custos têm a capacidade de serem atribuídos a determinado produto.

necessidade desses bancos em todos os sistemas financeiros, inclusive nos mais maduros. O papel desses bancos passa a ser ampliado na medida que regulam a concorrência e possuem atuação anticíclica em momentos de fragilização financeira (MENDONÇA e DEOS, 2010).

Os estudos que demonstram a ineficiência dos bancos públicos apontam como sendo as principais falhas, a intervenção do governo em decisões de crédito e a falta de uma administração profissional. Além dessas questões gerais, é argumentado que como os bancos públicos praticam taxas de juros mais baixas que o mercado e acabam não só fomentando o efeito “*crowding out*”, como fragiliza todo o sistema que se torna dependente do governo. Uma solução para esses problemas é ter um propósito claro e sustentável e uma retaguarda institucional que permita mitigar a interferência política (RUDOLPH, 2009).

Essa orientação para resolver o problema percebido do papel dos bancos públicos recai na visão mais restrita da sua atuação, considerando que devem atuar em falhas específicas de mercado e, portanto, devem focar nesses objetivos. A visão mais ampla, se embasa na teoria de Minsky sobre os ciclos econômicos. A atenção recai na reação dos bancos privados nos diferentes momentos dos ciclos. Essa resposta gera instabilidades e desigualdades que são consideradas inerentes e normais ao funcionamento desses mercados, contudo, não pode ser considerada como otimizadora. Daí vem a justificativa mais ampla de atuação dos bancos públicos, no sentido de amenizar os movimentos de expansão e contração ao exercerem uma lógica alternativa à dos agentes privados (MENDONÇA e DEOS, 2010).

A semelhança percebida entre alguns estudos de viabilidade é a necessidade de entendimento do mercado e das instituições, para a realização de um diagnóstico mais apurado da utilidade desses bancos. A relativização do que é eficiência precisa ser considerada, pois face o seu carácter público, não pode ser avaliada sob critérios privados. (FREITAS, 2010b). Um parâmetro absoluto de índice de eficiência irá implicar em resultados mais baixos de rentabilidade, contudo com a compreensão do mercado financeiro e institucional com as quais, as instituições financeiras estão inseridas, será possível uma avaliação mais holística, considerando os resultados de eficiência contábil e o reflexo na economia. O entendimento do comportamento dos bancos privados nesse período recente de inflexão da economia é um dos propósitos do presente trabalho.

2.3 TRABALHOS EMPÍRICOS

Devido ao agravamento da crise e retração de crédito dos bancos privados, a visão naquele momento era da necessidade de atuação dos bancos públicos para combater o empocamento de liquidez privada com políticas contracíclicas. A crise financeira de 2008 mostrou que os bancos públicos têm o poder de conjunturalmente contribuir para amenizar os movimentos recessivos dos ciclos econômicos, ou seja, “bancos públicos tendem a suprir lacunas deixadas pelos bancos privados, nacionais e estrangeiros, cuja aversão ao risco desencadeou contração abrupta do crédito” (ARAÚJO e CINTRA, 2011).

Dentre outros, o resultado desse movimento para os bancos públicos foi que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aproveitaram a oportunidade gerada pela aversão ao risco dos bancos privados, em razão do impacto da crise de 2008 na economia brasileira, para aumentar a sua participação no mercado de crédito. Eles ajustaram as estratégias do governo com suas próprias estratégias de crescimento e avançaram em diferentes segmentos de negócios, como o crédito consignado e o de financiamentos à aquisição de bens duráveis no segmento de pessoa física e jurídica no âmbito das pequenas e médias empresas. (FREITAS, 2011)

Suscintamente, do ponto de vista macro, os bancos públicos exerceram o seu papel, naquele momento, de amenizar os efeitos da crise pela ótica do acesso ao crédito, uma vez que possuem preferência pela liquidez em grau diverso aos bancos privados (ARAÚJO e CINTRA, 2011). Já em uma visão micro, inicialmente, era possível esperar, dada a escala de mercado dos bancos públicos, que o comportamento desses em relação à oferta de crédito e *spread* afetassem o comportamento dos bancos privados. Essa influência não foi percebida como demonstrado no estudo de Martins et al. (2013), no qual a ação do governo, via bancos públicos, não interferiram de maneira significativa no comportamento dos bancos privados, no pós crise de 2008.

Os bancos privados apresentaram um comportamento de maior preferência pela liquidez, optando por racionamento da oferta de crédito, operações de capital de giro e financiamento com prazo mais curto e com maior nível de garantias, sem que houvesse uma diminuição nas taxas, na medida que com o aumento da taxa básica de juros, haveria também aumento do risco (ARAUJO e CINTRA, 2011).

Nessa retrospectiva foi concluído que os bancos privados não passaram a emprestar mais devido às ações do governo, o que foi confirmado com o levantamento dos dados. Portanto, com a diminuição da participação de ativos ilíquidos e mais lucrativos, ou seja, empréstimos, a sua lucratividade deveria aumentar em um ritmo mais lento do que o apresentado em período anterior em que os bancos privados ocupavam participação de destaque no mercado interno.¹³ Dessa relação existia a perspectiva que a atuação dos bancos públicos impactariam “a lucratividade e a performance dinâmica dos demais bancos” (PAULA, L.F.; OREIRO; BASÍLIO, 2013) .

O impacto na lucratividade dos bancos privados era esperado pelos fundamentos da teoria da firma bancária na visão pós-keynesiana. Nessa linha teórica, os bancos administram ativamente ambos lados do seu balanço (ativo e passivo), considerando a sua preferência pela liquidez na maximização da lucratividade.

Essa escolha dos ativos, é importante lembrar, não é uma dicotomia entre reservas e empréstimos, mas sim uma escolha de ativos com graus de rentabilidade e liquidez (CARVALHO, 2007; PAULA, L.F. 1999, 2006 e 2014).

Em estudo mais recente sobre o comportamento dos bancos até 2016, Paula L.F. e Alves JR., (2017), destacam como justificativa para a manutenção, inicialmente não esperada, da lucratividade dos bancos, as especificidades institucionais e macroeconômicas da realidade brasileira, como as aplicações de curto prazo lastreadas com títulos do governo, *spread* e juros elevados. Notadamente no que se refere ao ano de 2015, foi pontuada a questão dos impostos¹⁴ e em Oliveira (2017), há um levantamento mais aprofundado sobre o impacto da alteração de alíquota e de provisões para devedores duvidosos exerce no crédito de diferenças temporais de impostos. O crédito dessas diferenças permitiu a manutenção da lucratividade nesse ano.

¹³ Para um estudo sobre o período anterior de expansão de crédito dos bancos privados e preferência pela liquidez dos bancos públicos, ver Araújo (2012)

¹⁴ O referencial teórico da seção dos impostos está abordado na metodologia.

3. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Nesse capítulo é apresentada a base de dados e a metodologia utilizada nesse trabalho. Na seção da base de dados, inicialmente serão tratados: a fonte, o formato dos dados trabalhados, as instituições escolhidas, o período analisado e o porquê de cada uma dessas escolhas. Na metodologia, será discutido o conceito das variáveis, as contas que irão compô-las e o referencial teórico dos impostos.

3.1 BASE DE DADOS

Esse estudo foi realizado utilizando dados secundários coletados diretamente do Banco Central no formato das contas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Foram extraídos do sistema IF.dada – Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas, os relatórios de *Ativo*, *Passivo* e *Demonstração de Resultado* (DRE) na classificação de Conglomerados Financeiros. Esses dados estão disponíveis a partir de 03/2000 no formato de balancetes trimestrais. Para efeito de ativo e passivo foi trabalhada a data base de dezembro de cada ano do período estudado e, para formulação da DRE, todos os quatro balancetes divulgados do ano, que sofreram um tratamento para anualização. Todos os três relatórios foram deflacionados pelo IPCA.

O padrão de contas existente no COSIF é o mesmo que as instituições nacionais utilizam para a divulgação dos seus balanços no formato brasileiro dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (BRGAAP)¹⁵. Atualmente, as instituições financeiras nacionais são obrigadas a divulgar as suas demonstrações em dois formatos: BRGAAP e *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Esse último se baseia nas normas internacionais do próprio IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Já o primeiro tem como parâmetro as normas emitidas pelo BACEN e agências reguladoras, os quais vêm gradualmente adotando o IFRS por meio do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC)¹⁶. A tendência é cada vez mais o

¹⁵As duas primeiras letras da sigla, BR, definem o país a que pertence a norma (Brasil) e sigla GAAP representa as iniciais de *Generally Accepted Accounting Principles* (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos), a sigla USGAAP, por exemplo, representa os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.

¹⁶ As entidades-membros do Comitê de Pronunciamento Contábil são: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, APIMEC – Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais, BOVESPA – Bolsa do Brasil, CFC – Conselho Federal de Contabilidade, FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Participam ainda como convidados observadores: BACEN – Banco Central do Brasil, CVM – Comissão de Valores Imobiliários, Receita

padrão brasileiro migre para o internacional, pois as diretrizes contábeis estabelecidas pelas Leis nº 4.595/64 – Lei do Sistema Financeiro Nacional – e nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, tiveram alterações pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 com esse objetivo de aproximar a lei brasileira da regulamentação internacional (CORRÊA; SZUSTER, 2014).

A divulgação das demonstrações em um formato completamente internacional, IFRS, é uma exigência do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Comunicado nº 14.259 do BACEN¹⁷, apesar de diversos trabalhos que ainda apontam divergências entre as duas metodologias, principalmente em relação a tópicos como: provisões para perdas, operações de crédito e patrimônio líquido. Cada vez mais, fruto também do esforço do CPC, ambas as normas do IFRS e do Banco Central do Brasil estão concatenadas no COSIF (SILVA et al. 2017), formato que serve de base para esse trabalho.

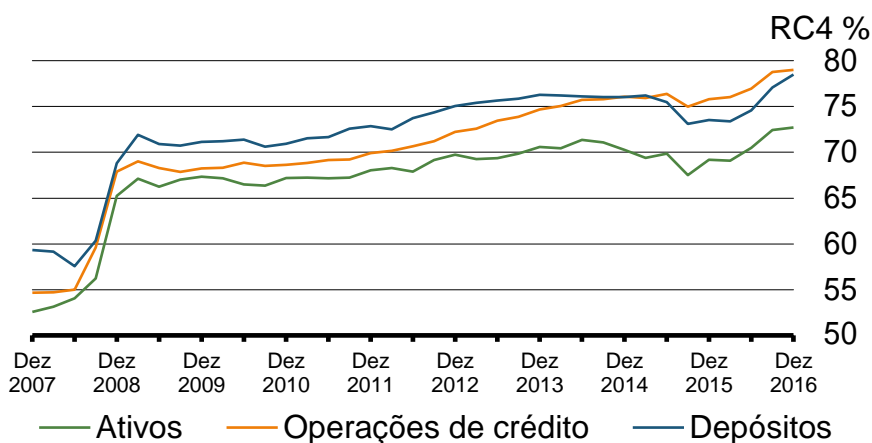
Complementando a análise, foram consultados dados e relatórios das instituições selecionadas em ambos formatos descritas acima (IFRS e BRGAAP) e, adicionalmente, dados complementares do banco central e tesouro nacional. Na seção final, na análise da lucratividade, estão sendo utilizados os dados dos balanços fechados dos bancos estudados com o formato BRGAAP, no período de 2008 a 2016, sendo os três últimos anos no formato de Conglomerados Prudencial¹⁸, e todos os valores deflacionados pelo IPCA e em milhares de reais.

No Brasil, existe concentração de mercado das instituições financeiras. Com base em dados abaixo, extraídos do relatório de estabilidade financeira do Banco Central, pode ser visto que as quatro maiores instituições vêm apresentando um comportamento crescente nos níveis de participação acumulada. A posição divulgada de dezembro de 2016 apresentou uma concentração de 72,70% de ativos, 78,99% de operações de crédito e 78,48% de depósitos conforme gráfico 3.1.

Federal do Brasil e SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. Conforme o tema discutido, outras entidades e/ou especialistas são especialmente convidados.

¹⁷ Nesse comunicado de 10/03/2006, o Bacen determinou que as instituições financeiras seriam obrigadas a divulgar os seus balanços no formato IFRS a partir de 31/12/2010.

¹⁸ Regras para composição de conglomerado conforme resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013.

Gráfico 3.1 - Níveis de concentração do sistema bancário

Nota: O RC4¹⁹ representa a participação acumulada das quatro maiores instituições financeiras do mercado .

Fonte: BACEN – Relatório de Estabilidade Econômica, 2017a.

Adicionalmente a essas quatro instituições (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal) mapeadas nesse relatório, foi acrescentado o banco Santander que ocupa de forma geral a quinta posição no cenário brasileiro e é a única com capital privado internacional que servirá como um contraponto para algumas especificidades.

A extensão escolhida para o período da análise 2000-2016, mesma da disponibilização dos relatórios escolhidos, é importante pois permite, de uma forma geral, uma avaliação comparativa do período anterior à crise de 2008 e, principalmente, do período posterior à crise. Assim é possível analisar as diferentes estratégias que foram tomadas entre bancos privados e públicos. Todavia, é importante ressaltar algumas limitações para essa análise, especialmente, em relação ao grande incremento de volume e receita para o período posterior a 2008, uma vez que houve grandes fusões e aquisições entre os bancos, como: Unibanco e Itaú; Abn Amro e Santander e a Nossa Caixa e Banco do Brasil. Mais recentemente, em 2015, houve a incorporação do HSBC pelo Bradesco.

3.2 METODOLOGIA

As dimensões aqui discriminadas buscam permitir o estudo dos principais determinantes da lucratividade na visão teórica pós keynesiana e foi acrescentado um

¹⁹ O RC4 representa as quatro maiores instituições do mercado (Itaú-Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.)

elemento específico do sistema financeiro nacional: os impostos. Como visto no referencial teórico, ao buscar a lucratividade, os bancos administram concomitantemente ambos lados do balanço em conformidade com suas expectativas de retorno e considerando a carteira já pré-existente. Nessa ação, eles interferem no nível de atividade econômica (Dymski, 1988).

A escolha dos ativos se dá com uma relação entre rentabilidade e liquidez, quanto mais rentáveis, mais ilíquidos são, assim como, quanto menos rentáveis, mais líquidos, essa é a base da teoria do portfólio. (PAULA, L.F. 2014) Além da atividade financeira, os bancos utilizam de expedientes como as transações de fora do balanço (FREITAS, 1997), que nesse trabalho são as receitas de serviço e os custos administrativos.

No que se refere aos itens do balanço patrimonial, será abordado os **ativos** ilíquidos e líquidos, o **passivo** e a gestão patrimonial e, no que se refere as contas da DRE, são analisadas as **receitas de serviços, custos administrativos e impostos**.

Essa metodologia foi desenvolvida nesse trabalho com a intenção de avaliar todas as principais variáveis revisitadas no referencial teórico (ativos líquidos e ilíquidos, passivo, receita de serviços, custos administrativos e impostos) isoladamente e, na medida que os comportamentos individuais de cada elemento que a compõe forem identificados, serão acrescentados outros aspectos relevantes, de forma que seja abordado tanto o desempenho particular da variável como o resultado da sua interação. Para isso, foram construídos os elementos e definições das variáveis descritas a seguir. Dependendo da importância ou de maiores variações no seu comportamento, são analisados individualmente os elementos que compõe as variáveis. No apêndice, estão todas as variáveis, os elementos que a originaram e suas respectivas contas do COSIF. Todos os valores dos gráficos construídos a partir das definições abaixo estão em milhares de reais e deflacionados pelo IPCA.

3.2.1 Ativos

Em sua concepção contábil, os ativos se referem a aplicação dos recursos. Para as instituições monetárias, eles são os responsáveis pelas receitas da intermediação financeira. Pela teoria da firma bancária pós keynesiana, esses ativos apresentam um gradiente de liquidez e nesse estudo estão classificados como ativos ilíquidos e líquidos. Como ativos líquidos, é possível exemplificar as operações de tesouraria, as aplicações no mercado aberto e ativos mantidos para negociação e,

como ilíquidos, as operações de crédito de uma forma geral, incluindo o arrendamento mercantil (CARVALHO, 2007; PAULA, L.F. 2014).

3.2.1.1 Ativos Ilíquidos

Para efeito dessa pesquisa, na definição de ativos ilíquidos, além das contas relacionadas às operações de crédito, foram incluídas às operações de Arrendamento Mercantil. Essas últimas, na teoria, funcionam como um aluguel dos bens adquiridos, ou seja, o bem fica em nome da instituição financeira que o loca para o arrendatário. Contudo, na prática, esse tipo de operação funciona como uma forma de financiamento para aquisição de bens e, por isso, estão somadas às operações de crédito convencionais. Para efeito de demonstração contábil, essas operações são lançadas em rubricas distintas, assim como seus custos, despesas e perdas associadas. As operações de câmbio, por opção, não foram inclusas nesse indicador pois na metodologia do relatório utilizado, as receitas de fechamento de câmbio (financeiro), que não representam empréstimos, estão somadas ao mesmo indicador disponibilizado.

Sendo assim, a receita bruta dos ativos ilíquidos é formada pelo somatório das rendas das operações de crédito e rendas de arrendamento mercantil.

$$\text{Receita Bruta dos Ativos Ilíquidos} = \text{Receita Bruta das Operações de Crédito} + \text{Receita Bruta das Operações de Arrendamento Mercantil} \quad (1)$$

Já o volume de ativos ilíquidos é formado pelo somatório das operações de crédito e arrendamento mercantil, ambos sem a PDD (provisão para devedores duvidosos).

$$\text{Volume de Ativos Ilíquidos} = \text{Operações de Crédito} + \text{Operações de Arrendamento Mercantil} \quad (2)$$

A relação entre essas duas variáveis gera a renda média dos ativos ilíquidos. A intenção desse indicador é captar, no período pós mudança, o movimento da rentabilidade desses ativos ilíquidos, ou seja, do crédito, na participação do mercado entre bancos privados e públicos. Essa renda média é a razão entre a receita bruta dos empréstimos e o seu respectivo volume líquido de PDD. Esse resultado está intimamente ligado ao *spread* dessas operações, muito embora não seja determinante para a sua formação uma vez que o mesmo também depende dos custos associados, como de captação, por exemplo.

Abaixo segue formação do indicador, onde:

$$\text{Índice de liquidez} = \frac{\text{Ativos líquidos}}{\text{Passivos}} \quad (3)$$

Ou seja:

$$\text{Índice de liquidez} = \frac{\text{Ativos líquidos} + \text{Ativos não líquidos}}{\text{Passivos líquidos} + \text{Passivos não líquidos}} \quad (4)$$

Espera-se que essa variável possua um valor bruto mais acentuado nos bancos privados, uma vez que concentram as operações de crédito livre, ao passo que os bancos públicos concentram as operações de crédito direcionado.

As despesas exclusivas dessa linha de ativos só serão trabalhadas na seção 3.2.3 Administração do Balanço, onde a interação do resultado de todas as variáveis de ativo e passivos será necessária. Ela é definida por:

$$\text{Ativos líquidos} = \text{Ativos líquidos} + \text{Ativos não líquidos} \quad (5)$$

3.2.1.2 Ativos líquidos

Os ativos líquidos, para efeito desse estudo, contemplam as alocações de investimento por parte dos bancos que permitem uma certa flexibilidade no seu resgate e que possuem uma rentabilidade associada. Dentro das contas de resultado disponibilizadas no relatório DRE, foi selecionada a renda de operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM), de forma que:

$$\text{Ativos líquidos} = \text{Ativos líquidos} + \text{Ativos não líquidos} \quad (6)$$

Já o volume de ativos líquidos, além de incluir as aplicações interfinanceiras de liquidez e os TVM, abrange também os ativos referentes aos instrumentos financeiros derivativos por uma impossibilidade de separação dessa última conta, entretanto, historicamente essa conta possui baixos valores relativos, que não comprometem a análise.

$$\text{Ativos líquidos} = \text{Ativos líquidos} + \text{Ativos não líquidos} \quad (7)$$

O valor bruto dessa variável irá captar até que ponto os bancos privados aplicaram mais ou menos nesses ativos em comparação aos bancos públicos,

enquanto a receita financeira dessa ação traduz a questão da rentabilidade dos títulos públicos e privados.

3.2.2 Passivos

Em sua perspectiva teórica, a administração do passivo está relacionada a diversas ações por parte das instituições para a diminuição do custo de captação. Desta forma, elas administram a alocação das suas reservas, captando e direcionando os recursos dos investidores. Essas despesas correspondem a fonte de recurso utilizada para todo o ativo definido, líquido e ilíquido. De uma forma geral, as despesas de captação dos bancos são dadas pelas seguintes rubricas da DRE:

$$\text{Despesas de Captação} = \text{Despesas de Captação} + \text{Despesas de Captação} \quad (8)$$

Consoante a definição das despesas de captação está a origem desses recursos, ou seja, do volume do passivo. Nesse trabalho é definido como sendo o saldo total de captação apresentado no balanço:

$$\text{Saldo Total de Captação} = \text{Despesas de Captação} \quad (9)$$

Onde as captações são o somatório:

- a) do depósito total:
 - depósitos à vista;
 - depósitos de poupança;
 - depósitos interfinanceiros;
 - depósitos a prazo;
 - outros depósitos.
- b) operações compromissadas;
- c) recursos de aceite e emissão de títulos:
 - letras de crédito imobiliário (LCI);
 - letras de crédito do agronegócio (LCA);
 - letras financeiras (LF);
 - obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior;
 - outros recursos de aceite e emissão de títulos.
- d) obrigações por empréstimos.

A descrição da formula é:

$$C_{\text{custo}} = C_{\text{curto}} + C_{\text{longo}} + C_{\text{risco}} + C_{\text{liquidez}} \quad (10)$$

Ao administrar o seu passivo, os bancos, buscam minimizar os custos, um exemplo dessas ações são os direcionamentos para linhas que gerem uma maior flexibilidade de gestão evitando as restrições dos compulsórios e os produtos que estimulam a aplicação no longo prazo e penalizam o saque no curto prazo. Essa estratégia ao mesmo tempo que facilita a gestão de caixa, diminui as despesas de captação no curto e no longo prazo. Se o recurso for sacado no curto prazo, os bancos o remuneram a uma taxa inferior à praticada no mercado e se forem sacados no longo garantem uma gestão com menor exposição ao risco.

3.2.3 Administração do Balanço

As instituições financeiras administram ambos lados dos seus balanços de forma a atingir a maior lucratividade. No lado do passivo o objetivo é a minimização de despesas e do lado da ativo é a maximização das receitas, respeitado, é claro, as preferências individuais desses bancos e suas percepções de risco. A avaliação do resultado da interação do ativo e do passivo somente é possível quando deduzidas das receitas todas as suas respectivas despesas.

$$R_{\text{liquido}} = R_{\text{ativo}} - C_{\text{passivo}} + R_{\text{passivo}} - C_{\text{ativo}} + R_{\text{liquidez}} \quad (11)$$

Esse resultado final da intermediação financeira é a variável que interfere de fato na lucratividade. No final da análise de todas as variáveis e elementos, ele será utilizado juntamente com as receitas de serviços e crédito/despesas de impostos para determinar a sua participação no lucro líquido dos bancos.

3.2.4 Receita de Serviços

As rubricas contábeis que compõe essas receitas são as rendas das prestações de serviços e as rendas das tarifas bancárias. Somente a partir de 2008 que o Bacen começou a fazer distinção entre essas duas contas, passando a contabilizar as rendas de tarifas bancárias separadamente, todavia, para efeito desse estudo estão somadas e não há prejuízo na análise.

$$R_{\text{serviços}} = R_{\text{serviços}} + R_{\text{tarifas}} \quad (12)$$

Essas receitas possuem fontes diversas sendo as principais: rendas de cartão de crédito, serviços de conta corrente, taxas de administração, serviços de cobrança bancária, consórcios, entre outros. Para a Caixa Econômica, há ainda os serviços prestados ao governo federal, onde essa instituição se destaca por ser o seu principal operador nos programas sociais.

3.2.5 Despesas da operação

As contas de despesas de pessoal e despesas administrativas somadas formam esse indicador. Nessa perspectiva, a gestão do banco age de forma a otimizar os resultados, gerando resultados semelhantes com uma menor despesa, atuando inclusive com melhoria de processos e mitigação de riscos que geram despesas ao caixa do banco.

$$\text{Despesas da Operação} = \text{Despesas Administrativas} + \text{Despesas de Pessoal} \quad (13)$$

As principais despesas da operação dos bancos não seguem um padrão nos seus gastos principais, entretanto, de uma forma geral, as principais despesas são: de serviços prestados por terceiros, processamento de dados, depreciação e amortização, propaganda, alugueis e serviços de segurança

3.2.6 Resultado da Gestão

As duas fontes principais de receitas operacionais da atividade dos bancos são provenientes da intermediação financeira e de serviços prestados. Em contrapartida, as principais despesas são as despesas administrativas e as despesas financeiras. As receitas e despesas referente à intermediação financeira foram trabalhadas na seção da administração do balanço. Neste bloco, está sendo criada uma variável: o resultado da gestão. Ela irá aferir as outras duas fontes principais de receita e despesa operacionais, sendo caracterizado pela diferença entre as receitas de serviços e as despesas da operação.

$$\text{Resultado da Gestão} = \text{Receitas de Serviços} - \text{Despesas da Operação} \quad (14)$$

É importante ressaltar que a intenção dessa variável é captar ao mesmo tempo a relação entre essas duas importantes fontes de despesas e receitas, muito embora, ela não seja um resultado que se possa isolar como na receita de intermediação

financeira, pois as despesas da operação se referem a todas as atividades e não apenas a venda de serviços.

3.2.7 Impostos

De uma maneira geral, as variáveis analisadas previamente possuem uma relação direta entre a ação e o resultado do exercício. Ou seja, quando um banco gera uma receita de empréstimos, por exemplo, a apuração do resultado desse juro, se dá nesse exercício em questão. Por mais que melhorias em sistemas, desenvolvimento de inovações financeira ou treinamento em pessoal possam ter sua origem em período anterior, o resultado gerado por eles, se dará no exercício onde de fato foi utilizado. Tal relação não acontece necessariamente com o resultado líquido do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pois o mesmo é formado pela cobrança devida do período e por crédito tributário. No período analisado, a origem desses créditos tributários se deu pelas diferenças temporais, ou seja, pelo ajuste para mais ou menos do que foi recolhido no passado.

Esses ajustes de imposto acontecem porque a forma como a Receita Federal do Brasil (RFB) calcula as perdas para fins de dedução no lucro real e da base de cálculo da CSLL para a cobrança tributária é diferente da forma como o Conselho Monetário Nacional (CMN) determina que as instituições financeiras calculem o Provisionamento de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A provisão pelo critério do CMN se dá independente de atraso. As operações de crédito são classificadas em um *ranking*, onde um percentual mínimo de provisionamento é exigido para cada valor da operação. Esse ranking é gerado com base em alguns critérios específicos do devedor e seus garantidores e da própria operação, como, por exemplo, finalidade e garantia. Adicionalmente, caso haja de fato atraso, o CMN determina que essas operações de crédito sejam, obrigatoriamente, classificadas em um *rate* mínimo conforme quadro 3.1 a seguir:

Quadro 3.1 - Percentual de provisionamento das operações de crédito regras CMN

CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REGRAS PARA CONSTITUIÇÃO DE PCLD		
Nível de risco	% de provisionamento	Dias de atraso
AA	0	-
A	0,5	-
B	1	15 a 30
C	3	31 a 60
D	10	61 a 90
E	30	91 a 120
F	50	121 a 150
G	70	151 a 180
H	100	Superior à 180

Fonte: Elaboração própria – Dados BACEN, 1999.

Esses valores de provisionamentos acima, entram na contabilidade dos bancos e são de fato resguardados para garantir liquidez ao sistema, entretanto, não servem para efeito de deduções. Para ter efeito junto à Receita Federal, as provisões que servem como base para a cobrança de IR e CSLL devem se basear no art 9º da Lei nº 9.430/1996. O quadro 3.2, discrimina as regras constantes no primeiro e, posteriormente, no sétimo parágrafo que aumentou o valor de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil, do provisionamento integral de contratos que com uma ou mais parcelas em atraso implique o vencimento automático de todas as demais parcelas vincendas.

Quadro 3.2- Regras de Provisionamento pela RFB

PERDAS DEDUTÍVEIS COMO DESPESAS PARA EFEITO DE LUCRO REAL E CSLL					
§1- vigente desde 96		§7-vigente a partir de 07/10/14		Condição	Prazo de vencimento
Garantia	Valor	Garantia	Valor		
Sem	Até R\$ 5 mil	Sem	Até R\$ 15 mil	-	Acima 6 meses
Sem	R\$5 mil a R\$ 30 mil	Sem	R\$15 mil a R\$ 100 mil	Cobrança administrativa	Acima 1 ano
Sem	Superior a R\$ 30 mil	Sem	Superior a R\$ 100 mil	Iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento	Acima 1 ano
Com	Qualquer Valor	Com	Até R\$ 50 mil	-	Acima 2 anos
-	-	Com	Superior a R\$ 100 mil	Iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias	Acima 2 anos
-	-	-	-	Declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário	-
-	-	-	-	Devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial	-

Lei nº 9.430/1996, art 9º, o §7 foi incluído pela Lei 13.097/2015

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BRASIL, 1996.

Os créditos tributários de diferenças temporais são reconhecidos como um ativo e sua origem pode ser melhor compreendida com o exemplo adaptado de OLIVEIRA (2017) no quadro 3.3, onde é apresentado três simulações com *valores distintos para as despesas de PCLD* da primeira para segunda simulação e *valores distintos de impostos* da segunda para a terceira. Nesses exemplos, algumas simplificações são assumidas para facilitar o entendimento:

- essa instituição só possui receita de operações de crédito;
- o cálculo de simplificação do imposto nas primeira e segunda simulação é de 40% (IR-15%+adicional de 10% e CSLL- 15%) e na terceira há um aumento para 45% (IR-15%+adicional de 10% e CSLL- 20%);
- crédito vencido há 6 meses.

Quadro 3.3- Simulação de crédito tributário: ótica CMN x RFB

Rubricas	1ª Simulação		2ª simulação		3ª Simulação	
	CMN	RFB	CMN	RFB	CMN	RFB
Receitas de Op. Crédito (a)	1000	1000	1000	1000	1000	1000
Despesas de PDD (b)	-100	-100	-200	↑ -200	-200	-200
Lucro antes de IR e CSLL (c) = (a)+(b)	900	900	800	800	800	800
Adição ao lucro(d)	-	100	-	200	-	200
Lucro Tributável (e) = (c)+(d)	900	1000	800	1000	800	1000
IR/CSLL (f)= (e) x alíquota	360	400	320	400	360	↑ 450
Lucro Contábil (g)= (e) + (f)	540	500	480	↓ 400	440	↓ 350
Crédito Tributário do exercício (h) = (b) x alíquota	40	-	80	↑ -	90	↑ -
Estoque prévio de crédito tributário (i)*	-	-	-	-	90	* -
Crédito tributário do aumento de alíquota (j)= (i)-(80)	-	-	-	-	10	-
Crédito tributário total do exercício (k)=(h) +(j)	-	-	-	-	100	-
Estoque atualizado de crédito tributário (l)= (h) + (i)	-	-	-	-	180	-
Lucro Contábil depois de crédito tributário (m)=(g) + (k)	-	-	-	-	540	↑ -

*Valor da 3ª simulação atualizada com o aumento do imposto (80 x 1.125=90)

Fonte: Elaboração própria, 2018 - A partir de modelo inspirado em OLIVEIRA, 2017.

Na primeira simulação, o provisionamento de crédito conforme regras do CMN é de 100 unidades monetárias, fazendo com que o lucro tributável seja 900 (1000 de receita – 100 de PCLD); a alíquota de impostos simplificada de 40%, incide sobre a base de 900, gerando um imposto de 360; e um lucro de 540 (900 do lucro antes do imposto – 360 do imposto). Na ótica da receita federal, por outro lado, para efeitos fiscais, as despesas de PCLD não são consideradas e o imposto de 40% incide sobre a receita total sem deduções, gerando um imposto no valor 400 (40% da receita total de 1000). Tal diferença no cálculo do imposto, do que foi pago e do que contabilmente

foi provisionado (percentual de 40% do total de 100 das despesas de PCLD ou 400 pago – 360 devido = 40), gera um crédito tributário que poderá ser compensado futuramente.

A segunda simulação demonstra o impacto que o aumento nas despesas de PCLD gera no lucro contábil e no crédito tributário. Com as despesas de PCLD no valor de 200, o lucro tributável passa a ser 800 (1000 de receitas – 200 de PCLD). O imposto de 40% incide agora em 800, gerando um imposto de 320 e um lucro líquido de 480. Do lado do fisco, não existe alteração na tributação, uma vez que o imposto continua incidindo sobre os mesmos 1000. Já em relação aos créditos tributários, há um aumento para 80 (percentual de 40% do total de 200 de despesas de PCLD ou 400 pagos – 320 devidos). O lucro líquido pelas normas da CVM sofre impacto negativo passando de 540 para 480.

A terceira simulação carrega os dados de crédito tributário da segunda simulação e calcula o impacto no aumento da alíquota de impostos sobre eles. O valor da PCLD permanece o mesmo, portanto o novo imposto de 45% incide em 800 (1000 de receita – 200 de PCLD), gerando um imposto de 360 e lucro líquido antes do crédito tributário de 440 (800 lucro antes do imposto – 360 do imposto). Na ótica da receita federal, nesse caso, há alteração, uma vez que com a nova alíquota de 45%, o valor de imposto recolhido é de 450 (45% da receita total de 1000). A nova diferença entre o imposto pago e o calculado pela regra da CVM é de 90 (200 de provisão x 0,45 ou 450 pago – 360 devido). O valor do crédito tributário gerado no período anterior de 80 passa a ser atualizado para 90 (80 x 1,125 – valor do incremento da nova alíquota).

Essa atualização no valor do estoque de créditos tributários, com a nova alíquota é necessária, pois quando esses créditos se transformarem em prejuízos fiscais, a compensação será feita com a nova alíquota (OLIVEIRA, 2017). Tal efeito será melhor explicado com a quarta, quinta e sexta simulação que constam no quadro 3.4. Por hora, é importante enfatizar que no exemplo dado na terceira simulação, esse banco optou por utilizar esses créditos tributários para cálculo de lucro final, mas essa ação não possui qualquer impacto na tributação de fato. Esta, somente foi alterada pelo valor da alíquota.

A compensação do crédito tributário de diferenças temporais, segundo a resolução 3.059/02 ²⁰ do Bacen, pode ser requerida pelas instituições financeiras desde que atendidas cumulativamente algumas condições, que resumidamente são: apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social; haver expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros baseadas em estudos técnicos que demonstre a probabilidade e ocorrência de obrigações futuras com prazo máximo de 10 anos para realização. Em resumo, os créditos tributários serão reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis no futuro estarão à disposição para sua compensação.

A Lei 7.689/88 que instituiu a contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas, durante o período desse estudo, sofreu duas alterações de alíquotas no que se refere as instituições financeiras: Lei 11.727/2008 art.17, onde o incremento foi de 9% para 15% da base de cálculo e Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CS para 20% até 31 de Dezembro de 2018. Diante disso, nesses períodos, os créditos tributários foram reajustados e contabilizados com base na expectativa de sua realização.

Para um maior entendimento da necessidade do ajuste na alíquota nos créditos de diferenças temporais, é apresentado no quadro 3.4 a quarta, quinta e sexta simulação. Em termos de simplificação é admitido mais uma vez que:

- a) essa instituição só possui receita de operações de crédito;
- b) o cálculo de simplificação do imposto nas quarta e quinta simulação é de 40% (IR-15%+adicional de 10% e CSLL- 15%) e na sexta há um aumento para 45% (IR-15%+adicional de 10% e CSLL- 20%).

Na quarta simulação, o imposto pago antecipadamente gera um crédito de diferença temporal de 80, a partir de então na quarta e na quinta simulação é admitido que a despesa de provisionamento no valor de 200 se tornem de fato uma perda para o banco e o crédito gerado possa ser dedutível da base do cálculo no tributo no ano subsequente, nos moldes da receita federal.

A quinta simulação se refere ao ano posterior à quarta simulação e, para melhor visualização do encontro de contas dos impostos, não foi registrado despesas de provisionamento. O valor do estoque prévio de crédito tributário, nesse ano foi

²⁰Essa resolução sofreu alterações de inclusões pela resolução n° 4.441/15 e a circular n° 3.776/15 estabelece condições e procedimentos a serem observados para a apresentação dos pedidos fundamentados em estudos técnicos.

revertido uma vez que se tornou perda efetiva nos termos da receita e seu valor deve ser abatido. O valor do imposto registrado nos termos do CMN com o valor abatido do crédito tributário revertido (400 IR – 80 reversão do crédito = 320), se iguala ao valor pago de fato a receita.

A sexta simulação mantém as premissas da quinta: ocorre em período posterior à quarta simulação, não possui PCLD e o valor de crédito de diferenças temporais será revertido, uma vez que a despesa de provisão registrada no período passado, realizou-se como despesa nos termos da receita. A diferença é que, nessa competência, há um aumento na alíquota do imposto total de 40% para 45%. A finalidade dessa simulação é demonstrar a necessidade do reajuste dos créditos de provisão de diferenças temporais para que haja o encontro de contas dos impostos. Nesse período houve a dedução, na ótica da RFB, das despesas de PCLD que tinham sido provisionadas, esse fato alterou o valor do lucro tributável que na nova alíquota de 45% se tornou 360 (45% de imposto na base de 800). Do lado das regras do CMN, o reajuste no valor do crédito de diferenças temporais que era 80, passa a ser 90 (80 do crédito X 1,125 percentual de aumento do imposto). Esse valor reajustado, quando abatido do imposto do período (450 de imposto – 90 do crédito reajustado), gera um resultado de imposto de 360, mesmo valor nas duas visões, gerando um acerto nessas contas.

Quadro 3.4 - Simulações do reajuste do crédito de diferenças temporais com aumento de alíquota

Rubricas	4° simulação		5° simulação		6° Simulação		
	CMN	RFB	CMN	RFB	CMN	RFB	
Receitas de Op. Crédito (a)	1000	1000	1000	1000	1000	1000	
Despesas de PDD (b)	-200	-200		0			
Lucro antes de IR e CSLL (c) = (a)+(b)	800	800	1000	1000	1000	1000	
Adição ao lucro(d)	-		-	-200	↓	-	↓
Lucro Tributavel (e) = (c)+(d)	800	1000	1000	800	1000	800	
IR/CSLL (f)= (e) x alíquota	320	400	400	320	450	360	
Lucro Contábil (g)= (e) + (f)	480	600	600	480	550	440	
Crédito Tributário do exercício (h) =(b) x alíquota	80	-	-	-	-	-	
Estoque prévio de crédito tributário (i)		-	80	-	90	-	*
Imposto Compensado (j) = (f)-(i)		-	320	-	360	-	

* Valor de crédito de diferenças temporais atualizado com novo valor de imposto. (80 x 1,125 = 90)

Fonte: Elaboração própria, 2018 - A partir de modelo inspirado em OLIVEIRA, 2017.

Essas últimas simulações, abatendo da base de cálculo do imposto na ótica fiscal, foram elaboradas para entendimento da necessidade do ajuste nos valores dos

créditos de diferenças temporais quando há mudança na alíquota. No caso concreto, quando há o incremento da alíquota, o primeiro impacto na lucratividade dos bancos é positivo devido ao fato do reajuste desses créditos de imposto que foram pagos antecipadamente. Juntamente a esse efeito, nas primeiras simulações, foi visto que o aumento da PCLD, também geram cumulativamente adições ao lucro na ótica do CMN.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos dados busca responder à questão que originou esta dissertação, ou seja, os motivos da manutenção da lucratividade dos bancos privados que atendendo as premissas da liquidez e da rentabilidade não deveriam ter se sustentado com a diminuição da oferta de crédito no período pós crise de 2008. Ao optarem por ativos mais líquidos e menos rentáveis, ao passo que os bancos públicos optaram por ativos ilíquidos e mais rentáveis, o resultado da lucratividade dessas instituições deveria ter se aproximado e não se mantido, principalmente ao considerar a grande reversão da participação do mercado.

Este capítulo está organizado em três blocos, com base na mesma linha teórica descrita na metodologia e construída no referencial teórico. No primeiro, são analisadas, dentro da perspectiva da administração do balanço, as especificidades dos ativos ilíquidos e líquidos em relação com suas receitas e volumes para uma posterior comparação entre a gestão do ativo junto à administração do passivo, com a abertura das diferentes linhas de captação e suas estratégias. Na seção final desse bloco, há uma breve discussão no tocante ao gerenciamento concomitante dessas instituições do lado do ativo e do passivo. No segundo bloco, as contas de resultado são incluídas com a análise das receitas de serviços, custos administrativos e impostos. Ao final é realizado um comparativo ressaltando os pontos mais relevantes na determinação da lucratividade dos bancos privados em relação aos bancos públicos.

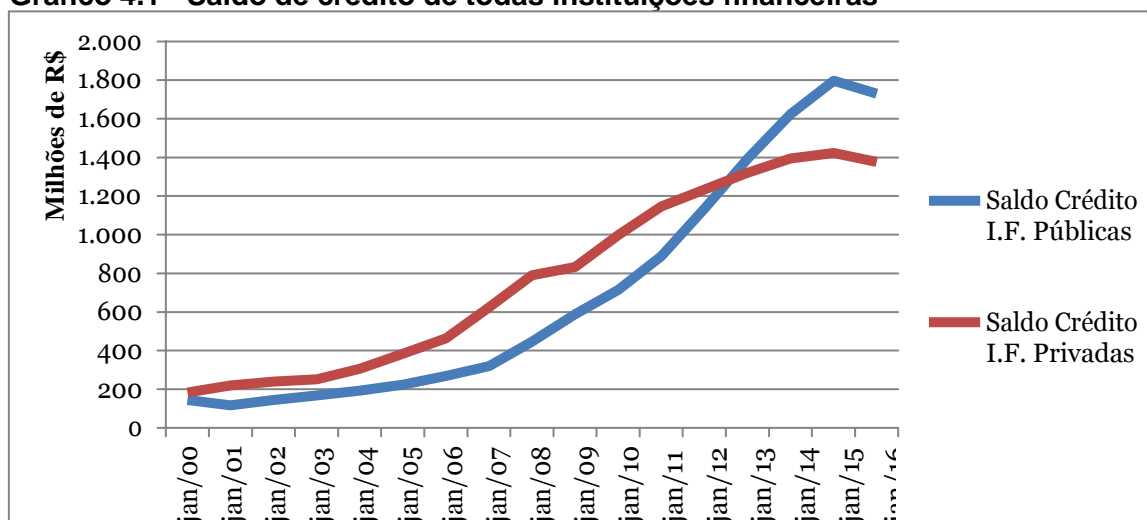
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Na visão da firma bancária pós keynesiana, os bancos administram ativamente ambos lados do balanço em busca de lucratividade e assim interferem nas condições de financiamento da economia e no seu produto real (CARVALHO, 2007; PAULA, L.F. 1999, 2006 e 2014). A administração dos ativos dos bancos ocupa um importante papel na teoria da firma bancária convencional e na pós keynesiana. “A lucratividade do banco é determinada fundamentalmente pelos ganhos líquidos dos seus ativos.” (PAULA, L.F. 2015. p.45). Para análise dessa importante dimensão, serão inicialmente apresentados os ativos ilíquidos e líquidos, o passivo e por último a interação entre eles, uma vez que reflete o resultado final da intermediação financeira.

4.1.1 Ativos Ilíquidos

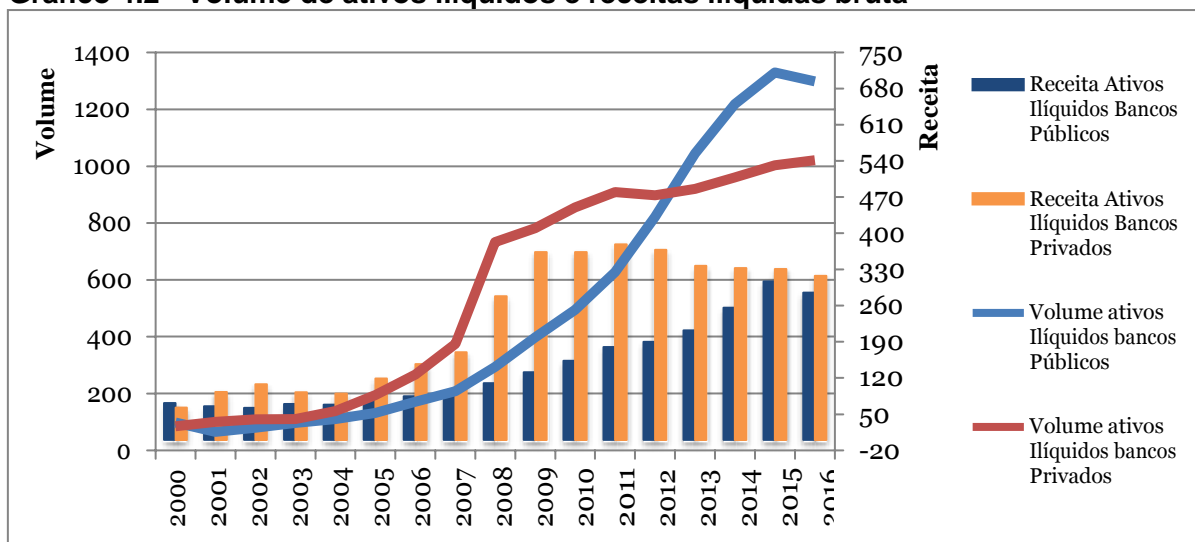
As comparações que serão feitas a seguir, partem de dois eventos que demarcam a análise das diferentes estratégias dos bancos público e privados: a expansão do mercado de crédito brasileiro até 2015 e a inversão na liderança das instituições financeira de capital privado para público. Conforme demonstrado no gráfico 4.1, com dados compilados de todas as instituições financeiras do mercado, em meados de 2013, os bancos privados perderam espaço para os bancos públicos deixando de ocupar a maior fatia desse mercado. Somente entre 2015 e 2016 que se observa uma contração no volume de crédito, tanto para os bancos públicos, como para os privados, a qual foi chamada por Paula L.F. e Alves JR., (2017) de “*credit crunch*”, por corresponder a um período de aguda retração dos saldos de crédito.

Gráfico 4.1 - Saldo de crédito de todas instituições financeiras



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2018c.

No gráfico 4.2, se compara os ativos ilíquidos para a amostra das cinco maiores instituições e as respectivas receitas desses ativos. O comportamento do volume permaneceu semelhante ao observado pela totalidade das instituições financeiras do sistema nacional, mesmo considerando a deflação aplicada e a diminuição da amostra. Uma explicação para a involução registrada no último período, em relação ao volume, é que esta foi ainda maior nos bancos públicos do que nos privados, esse efeito foi liderado pelo BB, que apresentou a maior retração do período.

Gráfico 4.2 - Volume de ativos ilíquidos e receitas ilíquidas bruta

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

O comportamento desse gráfico em relação ao volume de crédito concedido é condizente com as seguintes fases do ciclo classificadas por Paula L.F. e Alves JR. (2017): 2003 a 2008- forte crescimento de crédito conduzida pelos bancos privados; 2008 a 2011- início da inflexão na oferta de crédito dos bancos privados e crescimento comandado pelos bancos públicos em seu papel contra-cíclico; 2012 a 2014 - continuidade da oferta de crédito dos bancos públicos e estagnação dos bancos privados e de 2015-2016 – fase denominada de “*credit crush*” por se caracterizar por uma contratura na oferta de crédito.

Uma vez que o comportamento do volume dos ativos ilíquidos foi analisado, se faz necessário refletir até que ponto essa inversão na participação dos bancos privados e públicos, refletiu na receita que eles geraram. Nesse mesmo gráfico 4.2, consta no eixo da direita a evolução da receita bruta dos ativos ilíquidos.

No que se refere aos bancos públicos, as avaliações referentes aos valores brutos apresentados da receita desses ativos, estão perfeitamente consoantes com o crescimento do volume de crédito, ou seja, quando os bancos públicos emprestaram mais, obtiveram uma receita crescente nessa relação, assim como no último período analisado em que houve uma inflexão no volume de crédito, ocorreu também uma diminuição da receita. Em relação aos bancos privados, até 2011, quando houve desaceleração do crescimento do volume, a receita desses ativos se manteve no mesmo ritmo de crescimento. A partir de 2012, em um comportamento de aversão ao risco, os bancos passaram a priorizar um crédito com menor risco, ou seja, os créditos

com a melhor classificação, o que se refletiu na diminuição da receita gerada por eles. Esse efeito pode ser constatado com dado complementar do quadro 4.1, onde o percentual das operações alocadas no risco C, no exemplo do banco Bradesco, diminuíram consideravelmente.

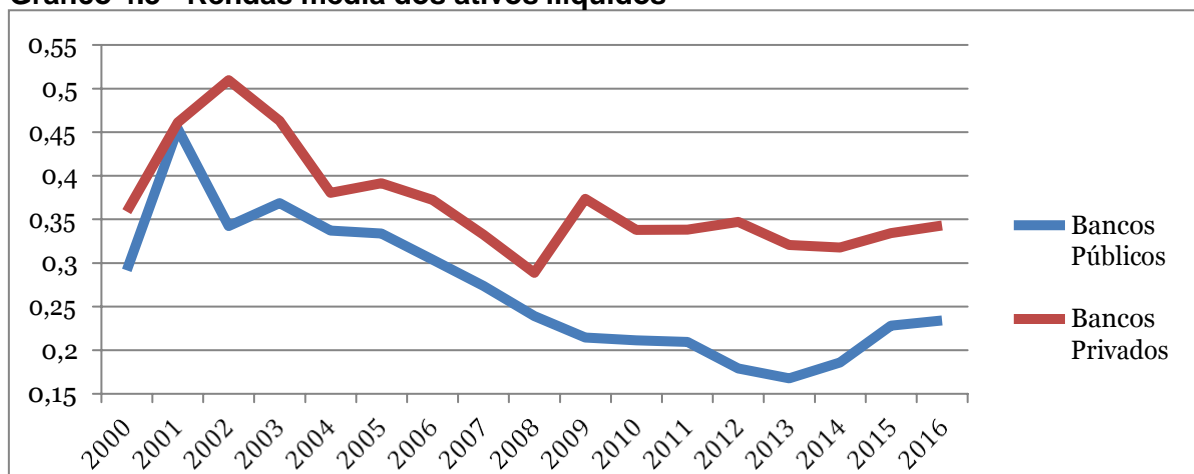
Quadro 4.1 – Composição do percentual das operações de crédito do Bradesco

NÍVEL DE RISCO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AA	19	17,8	18,2	19,5	20,6	32,9
A	40,3	41	41,7	41,4	40,3	32,8
B	14,8	14,3	18,3	18,9	17,8	11,8
C	17,8	18,5	14	12,4	12	9,7

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados Bradesco, diversos anos.

A renda média dos ativos ilíquidos é um bom indicador para captar a proporcionalidade entre a receita gerada por esses ativos e o volume de crédito. No gráfico 4.3, é possível acompanhar o histórico entre os segmentos públicos e privados.

Gráfico 4.3 - Rendas média dos ativos ilíquidos



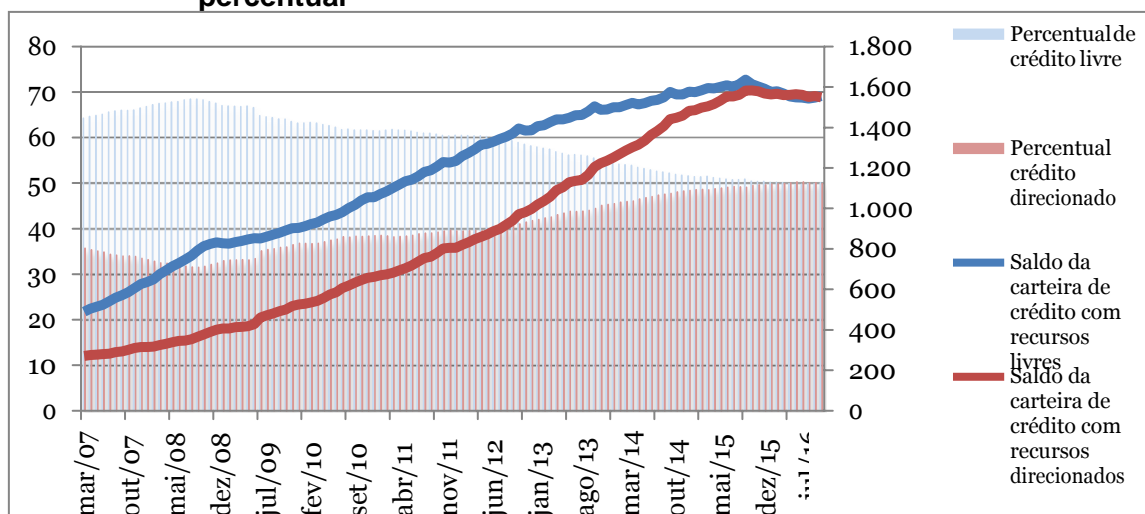
Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

No período após 2003 até 2008, com a estabilização da economia e a liderança dos bancos privados no crescimento de crédito, essa rentabilidade decresceu para ambos segmentos, apresentando um comportamento da fase ascendente do ciclo. A percepção do risco diminuiu, e com ela as margens de segurança dos bancos, aumentando não só a oferta de crédito e exposição ao risco, como os bancos passam a avaliar os projetos de investimento de uma forma mais positiva. A partir de 2009, pode-se constatar um claro afastamento entre a rentabilidade dos bancos públicos e

privados, evidenciando não só uma mudança nas estratégias e nas percepções dos agentes, mas também as especificidades do sistema de crédito nacional.

Importante característica do sistema financeiro nacional é o crédito com recursos direcionados. Estes, tem os bancos públicos como seus grandes operadores (PAULA, L.F.; OREIRO, 2013), que, historicamente, praticam taxas médias de juros inferior à linha de créditos livres. No momento onde houve um afastamento na renda média dos ativos ilíquidos dos bancos públicos e privados, foi também o momento onde houve um crescimento acentuado dos créditos direcionados. Esse crescimento foi tão grande, que ao final de 2016 se igualou em volume e em percentual de participação com o crédito livre. Essa evolução está demonstrada no gráfico 4.4.

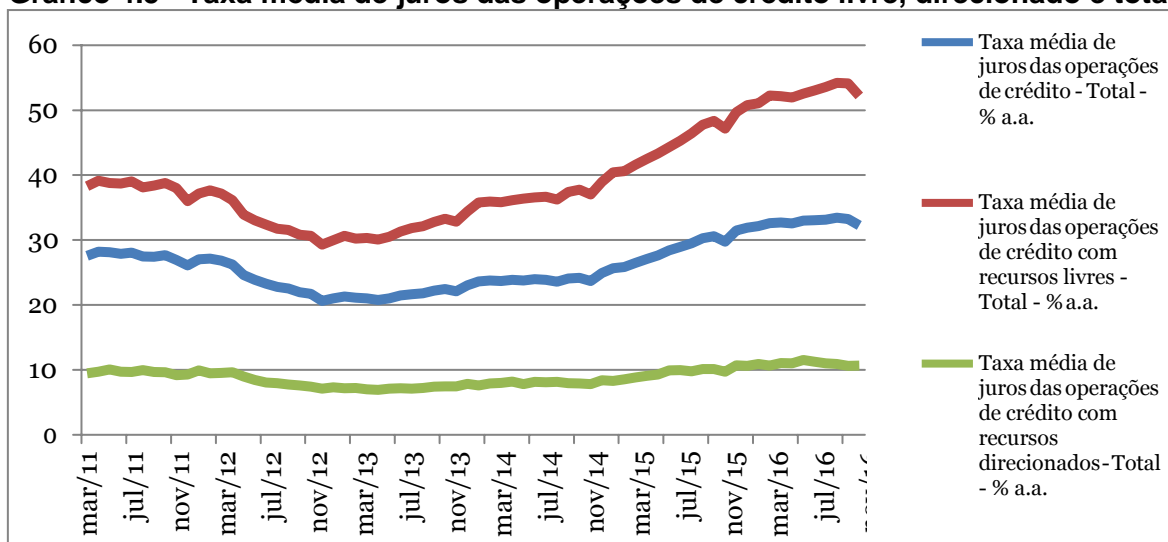
Gráfico 4.4 - Saldo da carteira de crédito livre e direcionado e seu respectivo percentual



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2018c.

Nota: Valores em milhares de Reais à direita e percentual à esquerda.

Sendo os bancos públicos, os principais intermediadores dessas linhas, é natural compreender o descolamento entre as rendas média dos dois segmentos. Embora com dados a partir de 2011, que não abrange todo o período onde houve o descolamento da renda média dos ativos ilíquidos, o gráfico 4.5 demonstra, o distanciamento entre as taxas médias de crédito livre e de crédito direcionado.

Gráfico 4.5 - Taxa média de juros das operações de crédito livre, direcionado e total

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2018c.

Nota: Valores dados em taxa média.

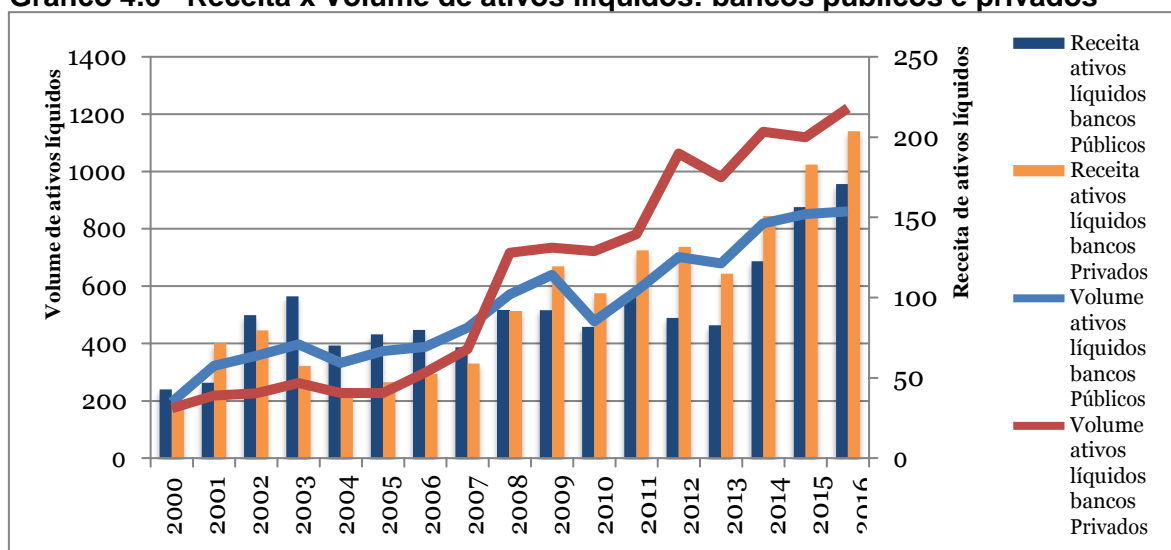
O descolamento na renda média gerada pelos ativos ilíquidos, justificada pela diferença entre a taxa média de juros das operações de crédito livre e direcionado, entre bancos público e privados, por si só, não é determinante para explicar o distanciamento na lucratividade final dessas instituições. Corroborar para essa conclusão a queda dos últimos anos na receita bruta gerada por esses ativos nos bancos privados (gráfico 4.2), enquanto os públicos, mesmo praticando uma taxa de juros historicamente mais baixa, vem apresentando crescente receita bruta nessa modalidade, com valores convergindo ao dos privados.

4.1.2 Ativos Líquidos

Os ativos líquidos, caracterizados por uma maior flexibilidade de conversão em moeda, são as opções preferidas na fase de descenso dos ciclos pelos agentes econômicos. Quando o risco aumenta, o prêmio de liquidez passa a ser mais atraente do que a rentabilidade. Esse comportamento, discutido no referencial teórico desse trabalho, pode ser observado, de fato, como estratégia dos bancos privados no gráfico 4.6. No período anterior a 2008, os bancos privados possuíam um valor bruto de investimento em ativos líquidos menor do que os bancos públicos. Após essa data, o volume nesses ativos, passaram a ser maior e houve um maior distanciamento entre esses valores. Isso significa que os bancos privados não só priorizaram o investimento nessa carteira mais líquida, como o fizeram de uma forma mais acelerada, representada pela maior inclinação de crescimento.

Os bancos públicos, por sua vez, também investiram mais nessa modalidade, contudo, em um volume inferior e em um ritmo de crescimento menor. A rentabilidade, todavia, mesmo dissonante em alguns períodos específicos (2001 e 2008) ²¹, em ambos os segmentos, de maneira geral, seguiu um caminho alinhado ao respectivo volume. Esse comportamento é visto no gráfico 4.6. No período anterior a 2008, os bancos públicos possuíam um volume bruto nessa modalidade maior do que os bancos privados e com isso, em geral, a sua rentabilidade era superior. Quando os bancos privados mudaram suas estratégias e passaram a investir mais nesses ativos, houve uma inversão nos valores bruto dessa receita, passando a ser menor para os bancos públicos e maior para os privados.

Gráfico 4.6 - Receita x Volume de ativos líquidos: bancos públicos e privados



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

Essa inversão nas participações de mercado desses ativos, fruto de uma mudança nas estratégias dessas instituições, pode ser justificado dentro da teoria da firma bancária pós keynesiana como preferência pela liquidez. Os bancos nacionais, nessa linha de ativos líquidos contam com algumas opções de investimento: no mercado primário de títulos públicos, onde o Tesouro Nacional os emite e resgata gerindo a dívida pública e os gastos do governo e no mercado secundário, onde o Bacen faz a gestão da política monetária utilizando a carteira desses títulos. Esses títulos, no Brasil, possuem a especificidade de serem indexados, ao contrário do praticado na maioria dos países para política monetária, onde são prefixados.

²¹Em 2001 o volume bruto dos ativos líquidos dos bancos públicos foi maior que o dos bancos privados e apresentaram uma receita bruta menor, em 2008 aconteceu o contrário.

(CARVALHO, et al. 2015). No quadro 4.2, é possível acompanhar o crescimento da dívida interna, nas principais linhas que são as dívidas mobiliárias do Tesouro Nacional e as operações compromissadas do banco central, em valores brutos reais e os seus respectivos percentuais em relação ao PIB. De um lado, a dívida interna em valores brutos e relativos cresceu, fruto de uma política fiscal e as operações compromissadas cresceram em um volume e percentual bem superior, fruto de uma política monetária. A oferta desses papéis garantiu não só o crescimento nessa linha como a rentabilidade associada com baixo risco e alta remuneração.

Quadro 4.2 – Dívida mobiliária do Tesouro Nacional e Operações Compromissadas

	2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida interna	1 186 058	49,2	1 426 087	52,4	1 595 878	51,3	1 861 984	55,9	2 083 639	49,0	2 329 411	49,3
Dívida mobiliária do Tesouro Nacional	1 070 187	44,4	1 199 235	44,1	1 244 991	40,0	1 381 841	41,5	1 716 459	40,9	1 868 347	40,1
Operações compromissadas do Bacen	77 367	3,2	187 416	6,9	325 155	10,5	454 710	13,6	288 666	7,4	341 878	7,8
	2012		2013		2014		2015		2016			
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB		
Dívida interna	2 454 886	51,0	2 598 338	48,7	3 063 154	53,0	3 665 112	61,1	4 150 350	66,3		
Dívida mobiliária do Tesouro Nacional	1 905 036	39,6	2 017 344	37,8	2 173 694	37,6	2 640 001	44,0	2 975 805	47,5		
Operações compromissadas do Bacen	523 995	10,9	528 734	9,9	809 063	14,0	913 280	15,2	1 047 484	16,7		

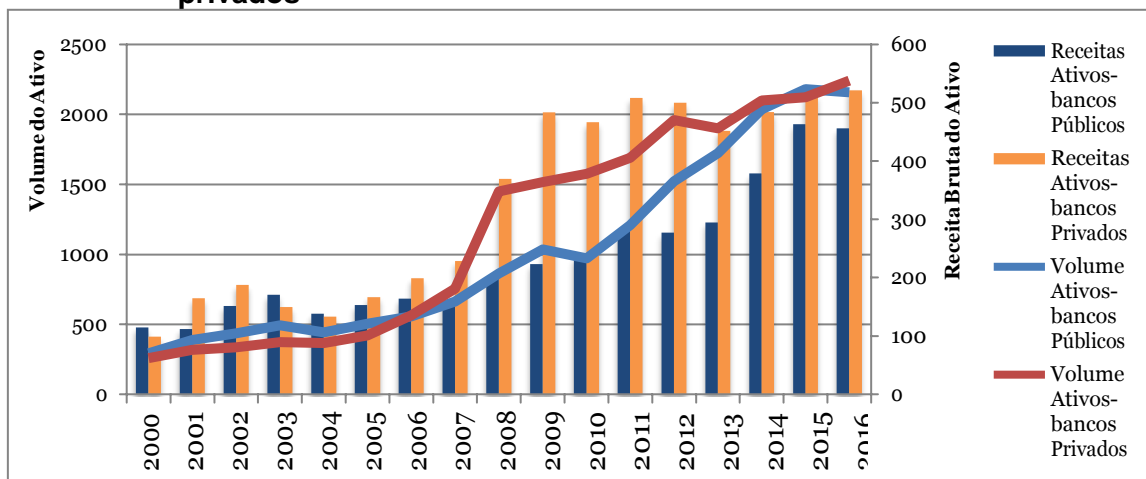
Nota: Valores em milhares de R\$ e em percentual do PIB

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017b.

4.1.3 Administração de Ativos

Conforme foi visto na análise dos dados das seções dos ativos, os bancos privados adotaram um comportamento de preferência pela liquidez, preterindo os ativos ilíquidos com maior risco, em prol dos ativos líquidos com menor risco. Em contrapartida, os bancos públicos cumpriram o seu papel contracíclico e mantiveram a oferta de crédito, mitigando a contração de financiamento provocada pelos bancos privados.

Gráfico 4.7 - Receita bruta de ativos x Volume total de ativos: bancos públicos e privados



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

O resultado financeiro das diferentes ações na administração do ativo é uma das bases para entender os motivos da lucratividade dos bancos privados, face aos públicos. No gráfico 4.7 consta o somatório das receitas brutas líquidas e ilíquidas definidas para o presente trabalho. Como pode ser observado, em que pese a totalidade das receitas dos bancos privados terem sido levemente crescente, elas não foram determinantes para o afastamento da lucratividade entre os bancos públicos e privados. O seu comportamento permaneceu praticamente constante. Isso pode ser melhor percebido no período a partir de 2011, pois se trata da fase anterior à importantes mudanças como: alteração da liderança do mercado, aceleração no investimento de ativos líquidos pelos bancos privados e o maior esforço dos bancos públicos na oferta de crédito. Mesmo considerando as especificidades brasileiras, como o crédito subsidiado que possui uma taxa menor do que a do crédito livre e os títulos do governo que possuem um baixo risco e uma alta rentabilidade, o resultado final, ocorreu dentro do esperado pela teoria onde os ativos ilíquidos e com maior risco possui uma lucratividade superior aos líquidos, com menor risco. Ou seja, os bancos públicos que investiram mais na modalidade de ativos ilíquidos e com maior risco, apresentaram uma evolução mais consistente no resultado bruto dessas receitas. Por sua vez, os bancos privados, que apresentaram um histórico de receitas brutas em ativos totais superior aos bancos públicos, não demonstraram um crescimento acelerado nas receitas dos ativos totais que justificassem o afastamento da lucratividade observada entre os dois tipos de instituições.

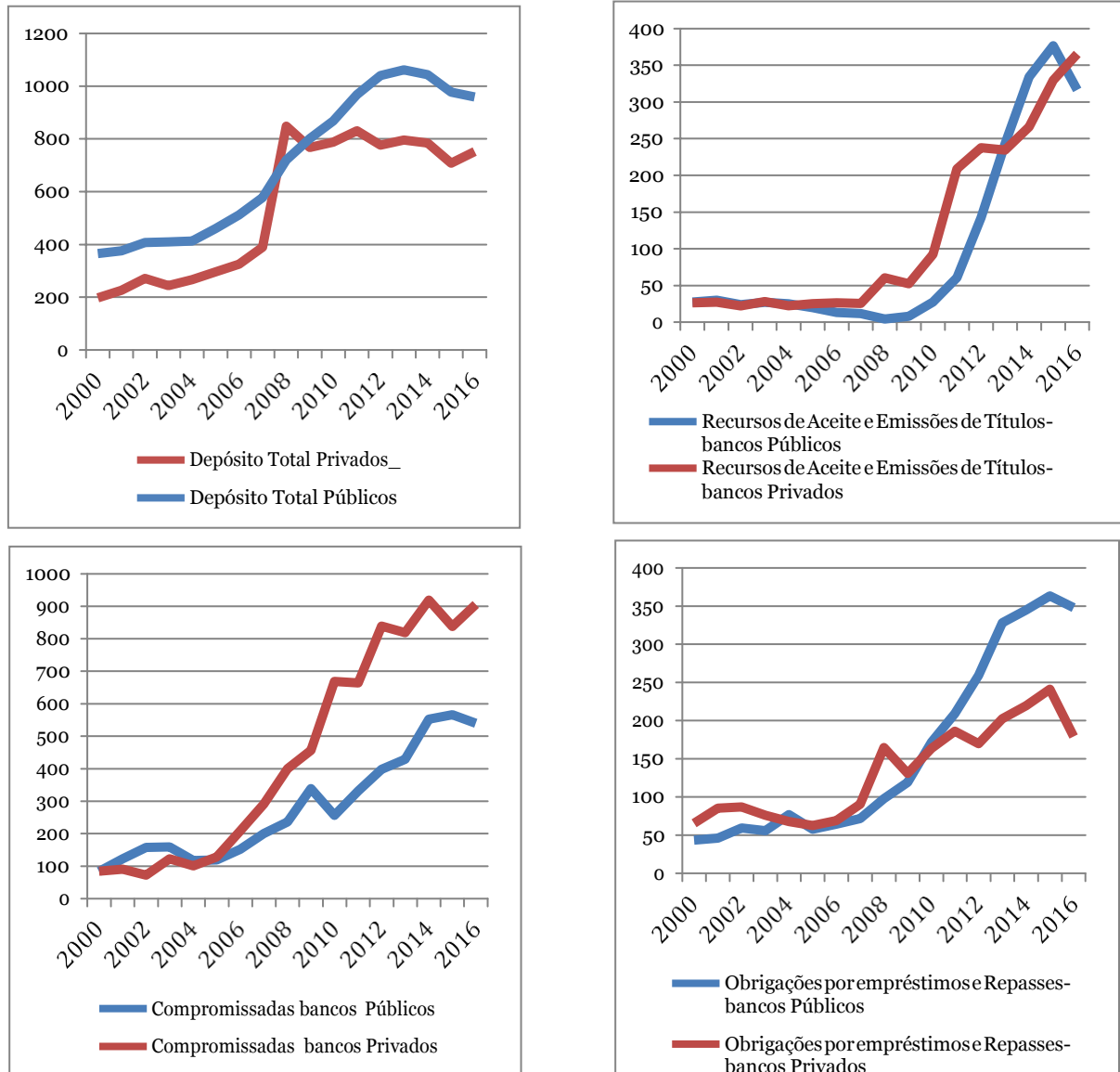
4.1.4 Passivo

O entendimento do comportamento da administração do passivo fica facilitado ao se analisar o comportamento das principais contas que compõem o volume de captações, na metodologia do Bacen, separadamente. Tais comportamentos estão retratados no gráfico 4.8:

- a) *depósito total*: essa linha é composta pelos depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos interfinanceiros, depósitos à prazo e outros depósitos. Antes da crise, os bancos privados apresentaram um comportamento crescente nessa linha de captação e após esse período uma contração nessa origem de recursos. Tal comportamento pode ser explicado por dois fatores. O primeiro é que no período anterior, de expansão de crédito, mesmo que houvesse um direcionamento nas linhas de reserva, o volume de depósitos, originados nos empréstimos ficavam inicialmente em conta corrente o que pressiona esses valores. Esse ciclo é a base do multiplicador bancário. O segundo motivo é o próprio direcionamento de reservas. Conforme apresentado no quadro 2.2, resumo de compulsórios da época, comparativamente, os depósitos totais²², que incluem não são só os depósitos à vista, como depósitos de poupança e outros, possuem uma das menores remunerações e maior percentual de recolhimento para o devido direcionamento. Essa penalidade estimula os bancos na criação de inovações que permitam alternativas que proporcionem um menor custo e uma maior flexibilidade de gestão. O comportamento dos bancos públicos nessa linha de captação, apresenta uma relação positiva com o volume de empréstimo, ou seja, quando passaram a emprestar mais, o valor liberado permanece por algum tempo na conta e, de uma forma geral, até mesmo quando esses valores se reverterem em pagamentos, tendem a ficar dentro da mesma instituição devido a facilidade de transferência. Não é possível, preliminarmente, chegar à conclusão se houve direcionamento para outras origens de recursos por parte dos bancos públicos;

²² A conta de depósito totais do gráfico contempla não só os depósitos à vista, mas os de poupança, à prazo, interfinanceiros e outros depósito conforme seção 3.2.2 da metodologia. Essas linhas possuem diferentes alíquotas de compulsório e remuneração.

Gráfico 4.8 - Captações: contas abertas



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em Milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

- b) *compromissadas*: no período posterior à crise, é observado uma continuidade de crescimento acelerado nessa linha pelos bancos privados. Esse comportamento pode ser esclarecido por duas vertentes principais, compulsórios mais favoráveis nessa linha e ganhos na negociação no mercado aberto. As exigibilidades da linha de compromissada (conta Cosif 4.2.1.10.80-0 Títulos de Emissão Própria), possuem uma alíquota²³ menor e remuneração maior quando comparadas aos depósitos à vista e de poupança. Já a

²³ As regras nos recursos a prazo foram alteradas pelas Circulares 3812/2017 e 3867/2017 e pela carta circular 3803/2017. Essa alíquota subiu para 34%.

negociação dos títulos, principalmente do governo, que compõem suas carteiras são negociados e captados no mercado aberto. Esses grandes bancos estudados são também os grandes *dealears* desse mercado onde predominam papéis de curto prazo. Os bancos públicos apresentaram um comportamento de crescimento, marcado principalmente por atuação no mercado aberto;

- c) *recursos de aceites e emissões de títulos*: ambos segmentos apresentaram crescimento nesse compilamento das fontes de recursos, que incluem as LCAs, LCIs,²⁴ Letras Financeiras e outros. Essas duas primeiras fontes citadas, LCA e LCI, são notadamente emitidas pelos principais bancos financiadores dessas linhas, ou seja, as LCAs pelo Banco do Brasil e LCIs pela Caixa Econômica Federal. Por esses motivos, é possível perceber um relativo equilíbrio entre o crescimento dessa linha nos segmentos público e privado;
- d) *obrigações por empréstimos e repasses*: essa conta é composta por duas rubricas principais: repasses do governo e obrigações por empréstimos. A primeira é a fonte de recursos das instituições oficiais, que estão concentradas nas linhas do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial). Como já discutido na seção de ativos, os bancos públicos são os principais agentes repassadores dessas linhas e, portanto, devem ser os maiores captadores, como pode ser observado no gráfico 4.8 da linha dos passivos. Essas linhas, entre as fontes de recursos, são umas das que possuem um menor custo de captação. Já a outra fonte de recurso: as obrigações por empréstimo, são essencialmente compostas por empréstimos no exterior relativos aos recursos de financiamentos de ACC (adiantamentos sobre contratos de câmbio) e financiamentos à importação. As despesas referentes a esse tipo de captação possuem uma fonte de juros menos elevada do que no mercado interno, pois são obtidas no mercado internacional, contudo estão sujeitas a variação cambial. As despesas referentes a essa captação são registradas como: Despesas de obrigações com banqueiros no exterior.

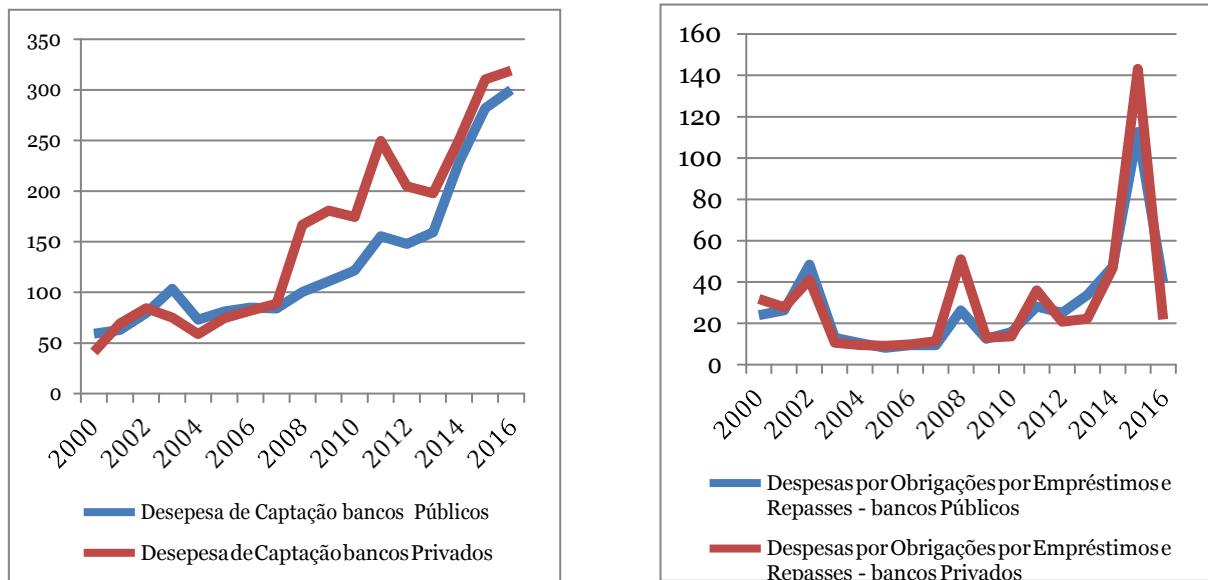
Dentre as quatro linhas genéricas discutidas, é possível perceber que em duas delas, depósitos à vista e compromissadas, há uma atuação forte por parte dos

²⁴LCI foi criada pela MP n. 2.223, de 04/09/2001, convertida na Lei n. 10.931, de 02/08/2004.

bancos privados na gestão do seu passivo, direcionando essas fontes de recurso de uma linha para a outra.

O resultado da alocação dessas fontes de recursos, se traduzem nas despesas de captação que estão tabuladas separadamente no gráfico 4.9:

Gráfico 4.9 - Despesa total de captação



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

Antes de se avaliar as despesas de captação, é importante ressaltar que as destinações desses recursos estão aplicadas nas linhas dos ativos líquidos e ilíquidos. Esse volume total com o somatório das linhas de ativos foi visto no gráfico 4.7 da seção anterior. Nessa análise, pode-se perceber que o volume total dos ativos, com exceção do ano de 2015, é maior para os bancos privados do que para os bancos públicos, portanto, é natural que seus respectivos valores de captação brutos sejam superiores para os bancos privados. Uma sucinta descrição sobre essas contas é feita a seguir:

- despesas de captação*: nessa rubrica entram as despesas de três das contas resumidas do volume do passivo vistos acima: depósito total, operações compromissadas e recursos de aceite e emissão de títulos;
- despesas de obrigações por empréstimos e repasses*: nessa linha como o próprio nome já sugere, registra as despesas de captação dessas duas linhas. Os picos que aconteceram nos anos de 2008 e 2015 devem-se às linhas de empréstimos no exterior devido a variação cambial da época.

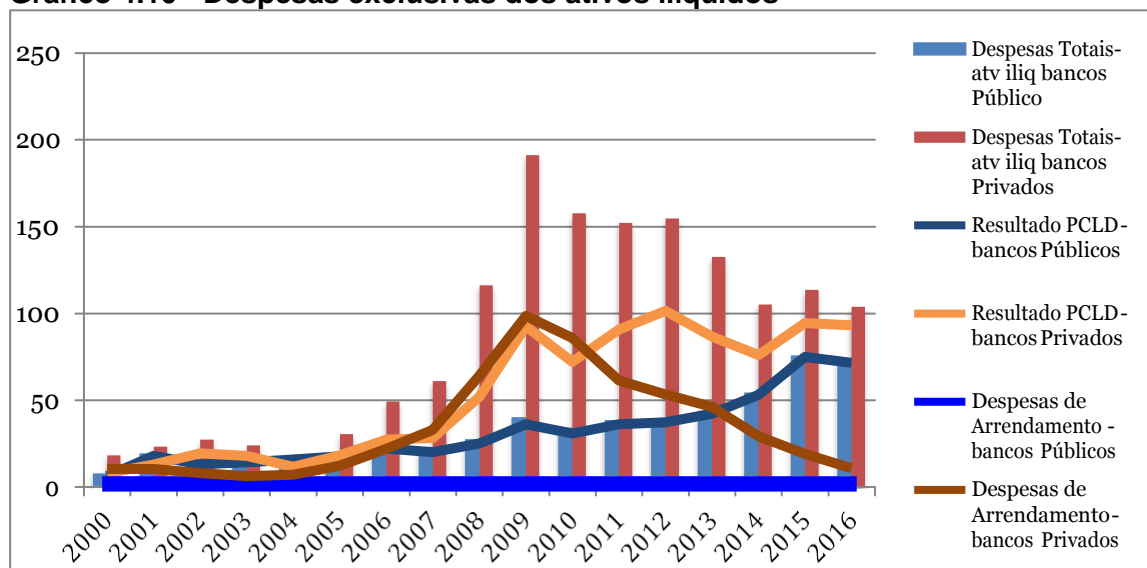
Uma vez que a análise das estratégias do passivo foi discutida e o reflexo das suas despesas apresentadas, será discutido na próxima seção a interação dessas despesas e receitas em conjunto com a composição do ativo, pois assim será possível uma análise do resultado da intermediação financeira.

4.1.5 Resultado da Administração do Balanço

A consequência das interações das contas patrimoniais de ativo e passivo, ou seja, aplicação e fontes de recursos é o resultado financeiro dessa relação. A definição para esse resultado financeiro líquido inclui o total das captações: as despesas de captação e de operações obrigações por empréstimos e repasses (que foram detalhadas na seção de passivos) e as despesas exclusivas dos ativos ilíquidos: operações de Arrendamento Mercantil e o resultado de PCLD.

Uma vez que as captações já foram analisadas, no gráfico 4.10 consta o detalhamento das despesas exclusivas dos ativos ilíquidos para serem compreendidas antes da última interação:

Gráfico 4.10 - Despesas exclusivas dos ativos ilíquidos



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

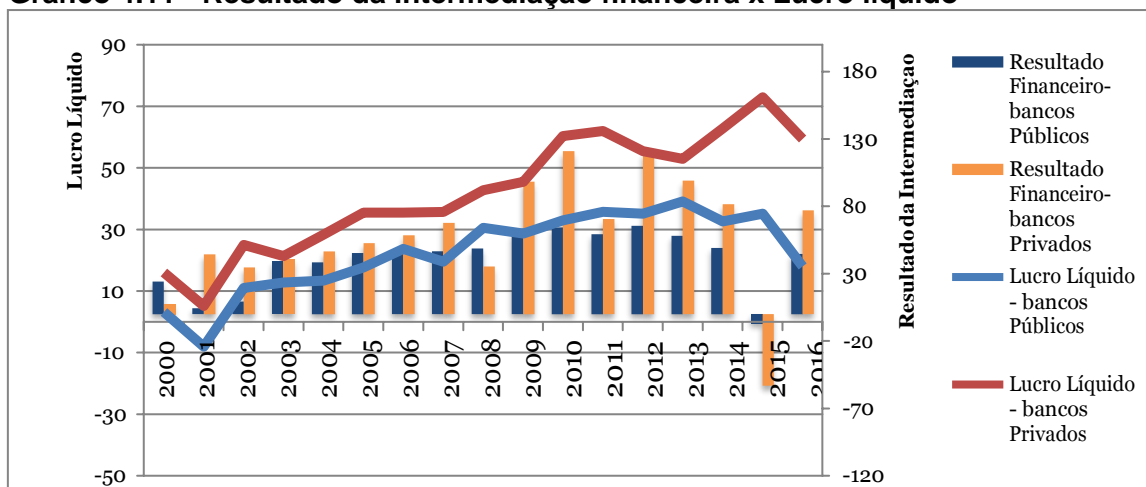
- a) *resultado de PCLD*: O volume das despesas de provisão de crédito de uma forma geral é menor para os bancos públicos do que para os bancos privados. Isso acontece porque as primeiras instituições, como já mencionado, concentram as operações de crédito direcionado que possuem uma maior formalidade nas concessões. Exemplos desses critérios são: certidões de regularidade com diversos órgãos, garantias atreladas, projetos de viabilidade,

entre outros. Tais restrições fornecem uma melhor qualidade na avaliação do crédito que se refletem numa perda menor. Para os bancos privados, esse volume cresceu consideravelmente no período de expansão dos ativos ilíquidos, até 2009 e oscilou em todo período posterior. Para os bancos públicos, essas despesas, embora em um volume menor na comparação, evoluíram em uma curva ascendente com uma maior inclinação em 2015, contextualizado por um recuo no PIB de 3,8% neste ano e recuo de 3,6% em 2016;

- b) *despesas de arrendamento*: essa conta registra as despesas referentes ao *leasing*, e obedecem a lógica do volume emprestado. A Caixa Econômica não opera com essa linha, por isso o valor se mantém bem abaixo para esse agrupamento de instituições. Os bancos privados, ao diminuir a oferta desse tipo de crédito, também diminuíram as despesas associadas.

A combinação entre essas despesas, mostra uma tendência de queda bem acentuada nos bancos privados, saindo de 191 milhões em 2009, para 103 milhões em 2016. Já para os bancos públicos, essa relação, apesar de ser mais baixa em valores, apresenta um comportamento crescente. À primeira vista, a diminuição dessas despesas exclusivas dos ativos ilíquidos parece ser um bom indicador para explicar a diferença de lucratividade dos bancos, pois enquanto foi ascendente para os bancos públicos, foi decrescente para os privados o que gera um afastamento ainda maior no resultado final.

Uma vez que foram analisadas e discutidas as fontes de receitas e despesas individualmente, no gráfico 4.11, consta o resultado financeiro considerando a suas interações.

Gráfico 4.11 - Resultado da intermediação financeira x Lucro líquido

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

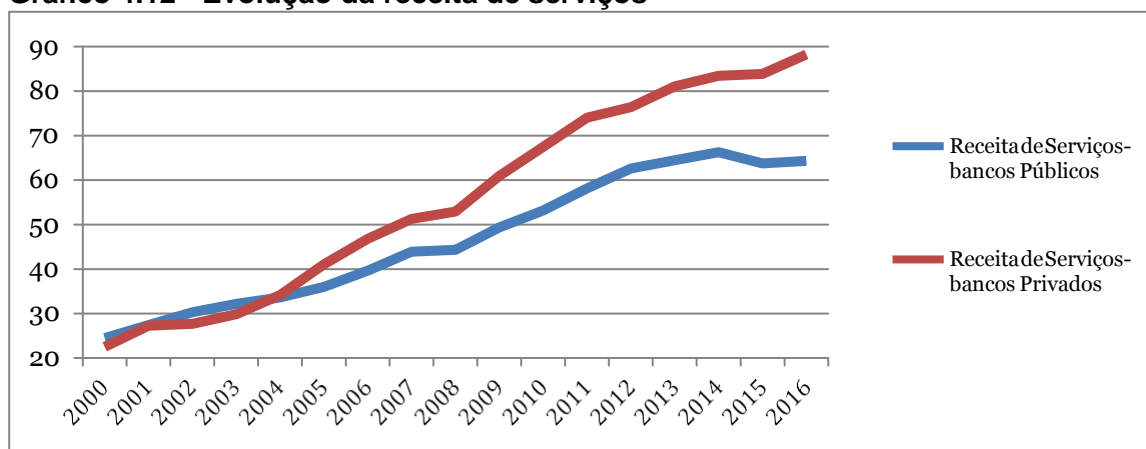
De uma forma geral, os bancos privados apresentam valores absolutos superiores aos bancos públicos, em especial no anos de 2009, 2010 e 2012. Isso explica em parte a lucratividade superior, contudo não é suficiente para justificar o crescimento tão acelerado visto nos últimos períodos analisados, principalmente em 2015, onde ambos tipos de instituições apresentaram um resultado financeiro negativo.

4.2 OUTRAS CONTAS DE RESULTADO

Para complementar a análise da composição da lucratividade, será visto nesse bloco as principais contas de resultado, que foram discutidas na metodologia. Esse agrupamento compreende além dos aspectos discutidos pela teoria, como a receitas de serviços e os custos administrativos, a especificidade do sistema financeiro nacional: os impostos.

4.2.1 Receitas de Serviços

As receitas dos serviços compõem uma parte importante no resultado final da atividade bancária. Com o tempo, essas instituições passaram a se especializar não só em produtos financeiros como também na prestação de serviços, e a evolução dessas receitas pode ser acompanhada no gráfico 4.12.

Gráfico 4.12 - Evolução da receita de serviços

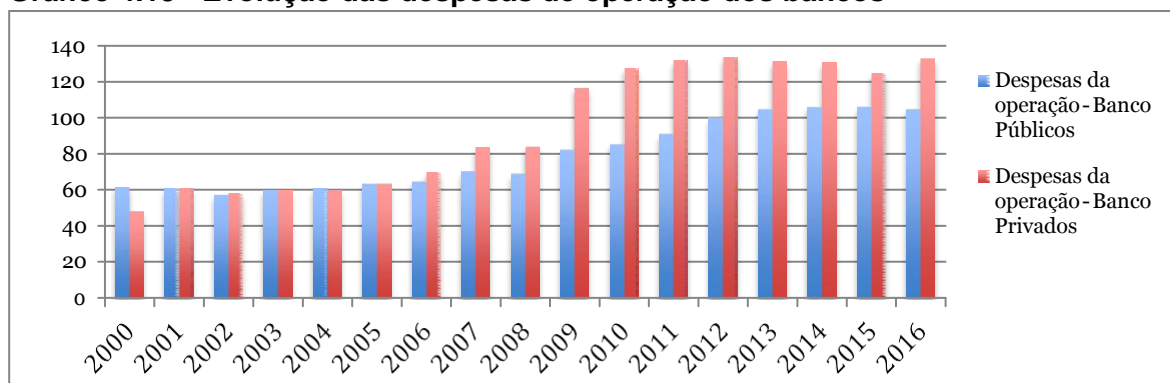
Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

Comissões de cartões de crédito²⁵ é o serviço que mais evoluiu nesse período ocupando o maior percentual dessas receitas nas DREs dos bancos privados, enquanto que, nos públicos, ocupam destaque as tarifas de conta corrente. Na Caixa Econômica especificamente, os serviços prestados ao governo, ocupam o maior percentual dessa renda. Percebe-se que bancos públicos e privados, cresceram nessa linha de serviços, sendo que nestes últimos a receita foi mais acentuada e consistente.

4.2.2 Despesas da operação

Em sua função de gerar lucros, os bancos precisam minimizar os custos relacionados a sua atividade. No gráfico 4.12 é possível acompanhar essa evolução.

Gráfico 4.13 - Evolução das despesas de operação dos bancos

Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

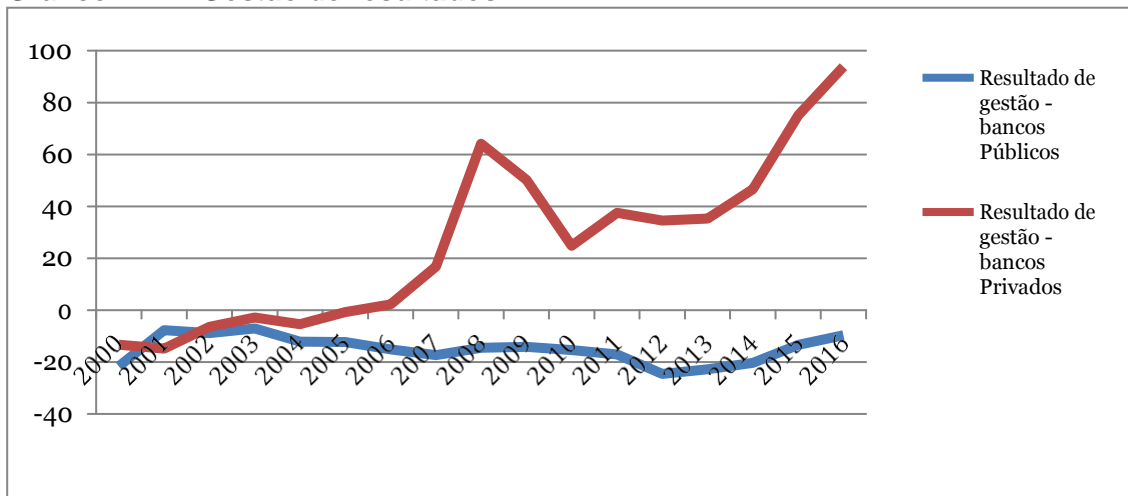
²⁵ As receitas de comissões de cartões de crédito são decorrentes da captura destas transações sobre compras realizadas com Cartões de Crédito e Débito e outras taxas desse produto.

Essas duas linhas de despesas (de pessoal e administrativas) formam a principal fonte de gasto relacionada à atividade financeira. A evolução nos últimos anos deixa transparecer que houve esforços de ambos os tipos de instituições para manutenção desses valores, não havendo nessas contas mudanças que justifiquem a discrepância na lucratividade.

4.2.3 Resultado da Gestão

As receitas de serviços se mostraram crescentes em ambas instituições público e privadas, sendo que nestas últimas, obteve um crescimento mais acelerado, enquanto as despesas da operação não apresentaram uma tendência muito clara, a não ser o esforço mútuo de manutenção dos valores. No gráfico 4.13 é possível avaliar a interação entre esses dois indicadores, onde o resultado afeta diretamente o valor das receitas operacionais.

Gráfico 4.14 - Gestão de resultados



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

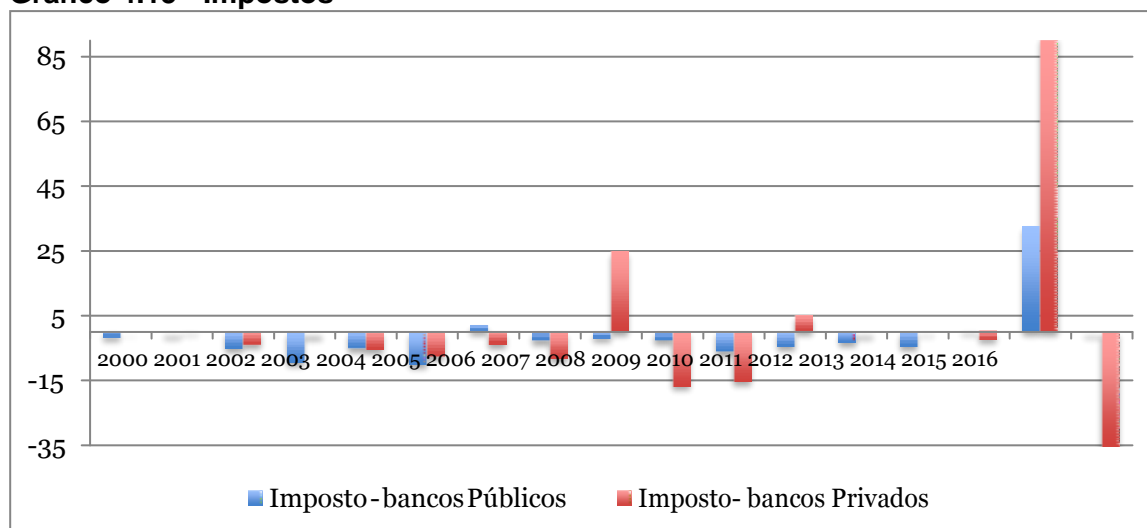
A diferença entre as receitas de serviços e as despesas da operação, que nesse trabalho está sendo chamado de gestão de resultados, apresentou uma diferença considerável entre os bancos públicos e privados. Esses últimos conseguiram reverter o resultado negativo e manter um valor positivo crescente. Isso significa que esses bancos passaram a ser capazes de manter toda a estrutura de pessoal e de despesas administrativa apenas com as receitas de serviços.

4.2.4 Impostos

Conforme explicado no capítulo da metodologia, o cálculo para as PCDL possui regras distintas perante a Receita Federal e no Conselho Monetário Nacional. Essas diferenças alteram o valor do lucro, que é a base utilizada para orçar a tributação referente ao imposto de renda e CSLL. A diferença nessas regras faz com que as instituições financeiras recolham o imposto antes e depois e compensem em seus balanços esses valores onde há expectativa de que terão lucros no futuro.

No gráfico 4.14 consta os valores líquidos referentes a esses impostos, ou seja, depois de recolhido os impostos da data base, foram acrescentados os créditos das diferenças temporais, obtendo-se o resultado líquido entre o imposto corrente e o diferido.

Gráfico 4.15 - Impostos



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

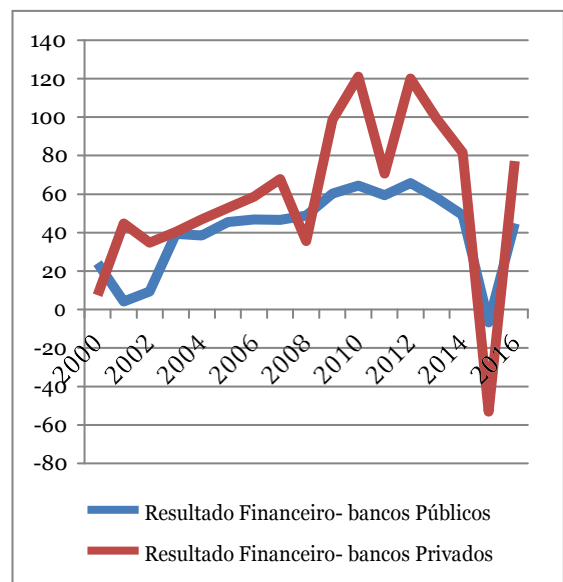
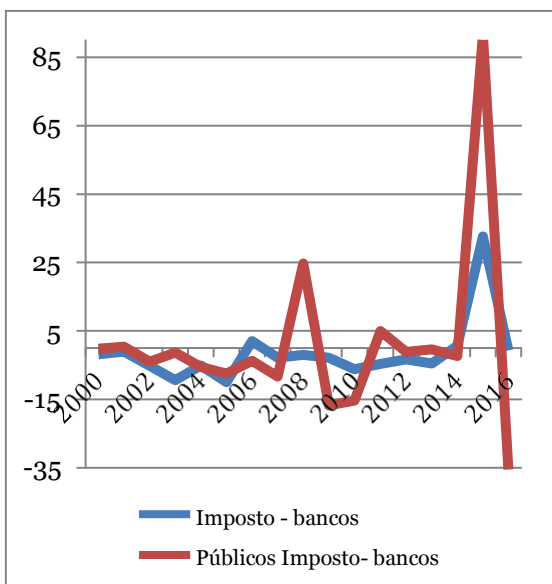
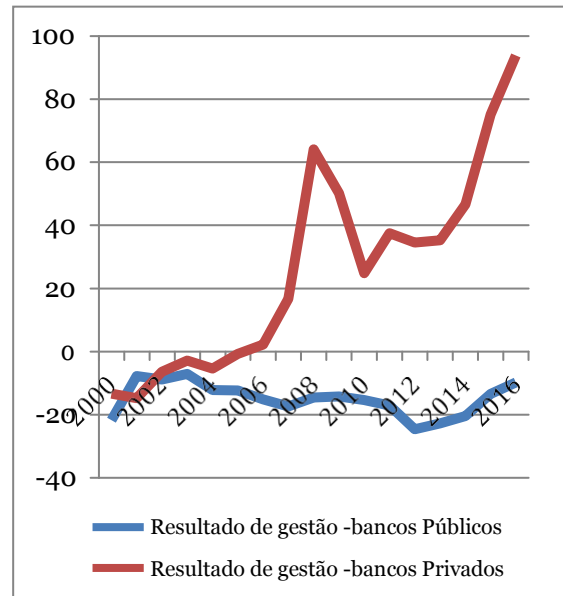
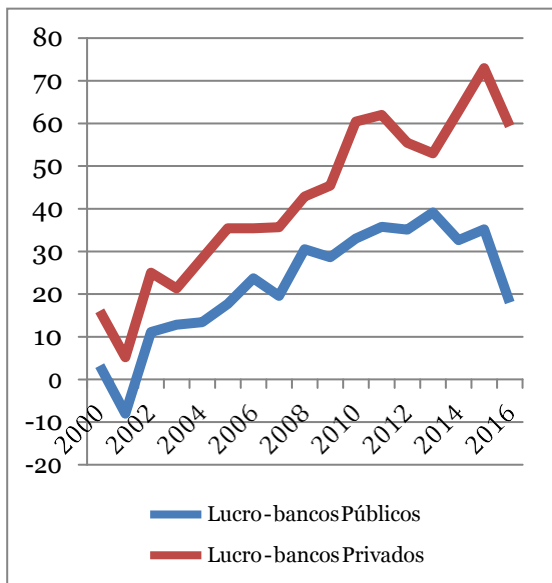
É importante lembrar que esses valores são para efeitos de demonstração financeira e não representam o que foi recolhido ao fisco, que entra nas demonstrações com a rubrica de imposto corrente. Ao observar os anos de 2008 e 2015, vemos que há um grande crédito tributário nesses períodos. Isso aconteceu em parte devido a majoração das alíquotas de CSLL, discutidas na metodologia e pela própria reversão dos créditos de impostos provenientes de diferenças temporais, que foi solicitada e creditada nos balanços nesses períodos.

4.3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DE RESULTADO

Ao final das avaliações das variáveis, pode-se concluir que três índices influenciaram mais fortemente na diferença entre o lucro final dos bancos públicos e

privados. Dois deles são de cunho operacional; o resultado da intermediação financeira e o resultado da gestão e um não operacional: o imposto. O gráfico 4.16 coloca lado a lado as diferenças apresentadas no resultado final, frente a lucratividade e o resultado da intermediação frente os impostos.

Gráfico 4.16 - Lucro, Resultado e Imposto



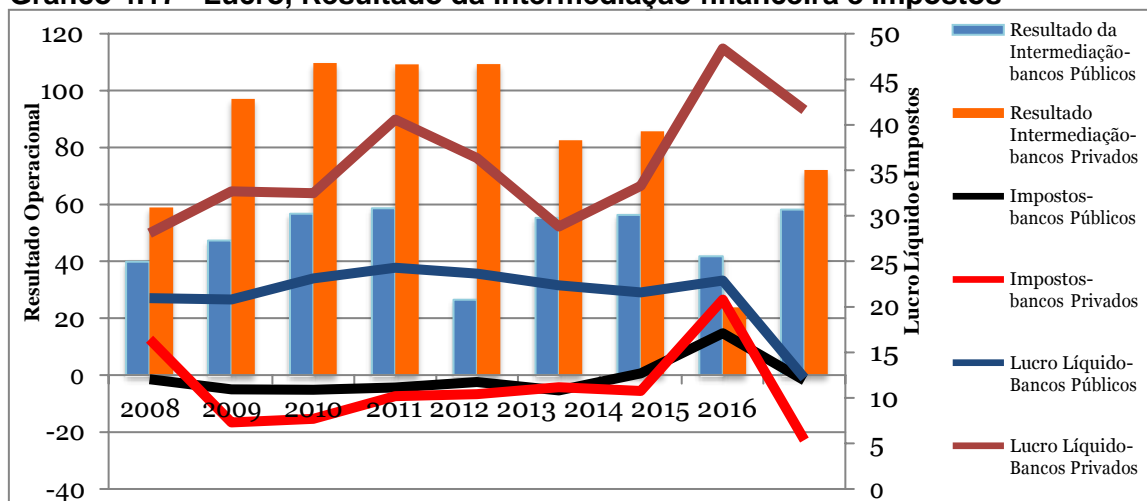
Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados BACEN, 2017c.

Nota: Valores em milhares de Reais e deflacionados pelo IPCA.

A gestão dos resultados dos bancos privados se mostrou ao longo do período de maior contração de crédito, possuir uma grande capacidade de influenciar a receita operacional. É importante ressaltar que a origem dos resultados positivos desse indicador advém dos serviços financeiros, o que significa que os bancos auferiram uma rentabilidade contínua, de uma atividade, que segundo a teoria convencional não é a sua principal. Isso aconteceu graças a esforços na manutenção das despesas da operação e em inovações financeiras no setor de serviços²⁶.

O resultado financeiro advindo da principal atividade bancária de intermediação de recursos entre tomadores e poupadores, também apresenta uma diferença consistente nos resultados no período estudado. Esse hiato constatado na maioria dos anos analisados formou-se, principalmente, em razão de alguns fatores: a diferença na rentabilidade do crédito livre e direcionado, as fontes de receitas dos ativos líquidos que permitem uma alta remuneração relativa com baixo risco; a diminuição das despesas dos empréstimos; principalmente na linha de financiamento, e aos direcionamentos das linhas do passivo que se refletiu na diminuição dos custos de captação.

Gráfico 4.17 - Lucro, Resultado da intermediação financeira e Impostos



Fonte: Elaboração própria, 2018 – Dados diversos balanços, 2008-2016.

Nota: Valores em milhares de Reais.

²⁶ Essas inovações podem ser observadas na área de recebimentos de cartões de crédito, segmento inclusive, que ocupa um maior percentual no crescimento das receitas de serviços. Além de novos aparelhos com tecnologia de gerenciamento mais avançada, percebe-se uma diversificação de produtos que funcionam como uma espécie de antecipação de recebíveis (crédito) em um formato de cobrança de taxas (serviços).

Nos anos em que os resultados financeiros dos bancos privados tiveram quedas acentuadas, em especial 2008 e 2015, em ambos anos fruto da variação cambial na conta de Empréstimos e Repasses, houve também uma alteração na alíquota da CSLL que provocou um lançamento positivo nos balanços dos bancos que compensou a queda da receita e manteve o histórico de lucratividade observado.

No recorte feito a partir dos dados divulgados para os conglomerados pelos próprios bancos é possível perceber no gráfico 4.16 uma relação direta entre o saldo dos impostos, seja ele, positivo ou negativo e a lucratividade. Essa compensação aconteceu principalmente em 2015, ano no qual a receita de intermediação financeira dos bancos privados alcançou o menor valor da série. No ano de 2016, em que não houve a compensação dos impostos, a diferença na lucratividade foi puxada pelos custos de captação que afetaram o resultado dos bancos privados positivamente com a conta de Empréstimos do Exterior, fruto de alterações cambiais. A receita de serviços manteve o histórico de crescimento já demonstrados com os dados do banco central. Todos esses fatores corroboram para constatação de que o sistema é complexo e que a capacidade dessas instituições de se adaptar às adversidades é muito grande.

5 CONCLUSÕES

A habilidade das instituições financeiras em gerar lucros positivos é muito grande. Inclusive quando os resultados operacionais da sua atividade se mostraram desfavoráveis, esses grandes bancos demonstraram capacidade de serem altamente adaptativos e gerar receitas crescentes. Desta forma, o principal resultado da pesquisa é que a composição do lucro, se mostrou complexa, e o resultado final não depende necessariamente de uma fonte principal de receitas.

As instituições privadas não se mostraram como meros intermediadores praticantes de uma administração passiva e neutra ao risco. Ao contrário dessa suposição, na gestão do ativo, a preferência pela liquidez na fase de declínio do ciclo ficou demonstrada pelo incremento de ativos líquidos e desaceleração de ativos ilíquidos. Tal reação comprova que essas instituições são avessas ao risco. A receita advinda dos ativos líquidos e ilíquidos atendem a premissa de que quanto maior o risco, maior a lucratividade. Contudo a manutenção da receita bruta da intermediação financeira dos bancos privados só foi possível devido ao mercado de títulos que fornece ativos com baixo risco e alta rentabilidade relativa.

As despesas de captação, que refletem a gestão do passivo, foram muito eficientes da parte das instituições privadas ao promoverem a diminuição desses valores. Essa constatação reforça a hipótese da atuação dos bancos direcionando e captando recursos da maneira que melhor lhe convém e refuta a de que são meros intermediadores. A conta de Obrigações por Empréstimos, notadamente de fonte internacional, se mostrou sujeita a variações cambiais e sazonalidade que afetam todas as instituições, em maior e menor grau. Importante destacar que tais fatores, mesmo influenciando substancialmente os resultados da intermediação financeira em 2008 e 2015, não chegaram a afetar a lucratividade final.

Uma das formas encontradas por essas instituições para mitigar essas oscilações da atividade de intermediação financeira, foi o investimento nos serviços de soluções financeiras. Essas inovações, geraram, ao longo do período estudado um colchão crescente de receitas que não possuem a mesma exposição ao risco. Essas receitas podem ser afetadas com as variações da atividade econômica, mas não com o mesmo reflexo que as perdas de crédito ou variações de câmbio acarretam nas receitas de intermediação. Tanto nas instituições públicas como nas privadas houve crescimento nessas linhas, sendo que nestas últimas foi mais acentuada.

Se de um lado, essas intuições aumentaram os esforços para o incremento de outras fontes de receitas, por outro, houve um maior esforço para manutenção das despesas operacionais. Nesse quesito os bancos privados conseguiram um resultado final mais consistente, contudo em um valor bruto superior ao valor registrado para as instituições públicas. O somatório de todas essas diferenças, na gestão dos bancos privados, contribuiu para o distanciamento entre as lucratividades. É importante destacar que o grau de liberdade na administração dos bancos é diferente, sendo para os privados muito maior e que o parâmetro de sucesso no resultado de bancos públicos e privados, não pode ser o mesmo por possuírem objetivos diversos (FREITAS, 2010b). Também não foi observado o efeito de fragilização dos bancos privados como preconizam os críticos dos bancos públicos, muito pelo contrário, o que aconteceu foi uma maior concentração e fortalecimento dessas instituições.

No ano de 2015, em que o resultado da intermediação financeira foi maior para os bancos públicos, a liderança em receita dos bancos privados não foi afetada. Isso aconteceu devido aos impostos diferidos, que ocuparam nos anos de 2008 e 2015 um papel importante nessa receita final, interferindo, inclusive nas receitas oriundas do resultado de participações em controladas e coligadas, que também tiveram a alíquota do imposto alterada.

As instituições financeiras no período estudado, demonstraram grande flexibilidade de adaptação às condições de mercado para se manterem lucrativas, principalmente as intuições privadas. O resultado da sua estratégia principal de administração do ativo, ao diminuir a oferta de ativos ilíquidos e aplicar nos líquidos, traz consequências importantes para a economia. Ao retraindo crédito, diversos projetos de investimento deixam de se viabilizar e, para empresas e pessoas já endividadas, pode ocasionar falências, aumentando a inadimplência e agravando o momento de recessão ao fomentar um ciclo vicioso. Nesse contexto, os bancos públicos desempenham um importante papel contra cíclico, provendo crédito e fazendo com que a economia continue sendo financiada.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Victor Leonardo de. Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010. 2012.

ARAUJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

BALTENSPERGER, Ernst. Alternative approaches to the theory of the banking firm. **Journal of monetary economics**, v. 6, n. 1, p. 1-37, 1980.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2682**, 1999. Disponível em: < goo.gl/c6Cncs>. Acesso em: 01 julho 2017.

_____ - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira, 2017a**. Disponível em: <goo.gl/vP9ThV>. Acesso em: 01 julho 2017.

_____ - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Serie da dívida pública, 2017b**. Disponível em : <goo.gl/mu3SbM>. Acesso em: 05 novembro 2017.

_____ - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **I.F Data – Dados Selecionados, 2017c**. Disponível em: <goo.gl/XkRNVq>Acesso em: 20 novembro 2017.

_____ - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Compulsório quadro resumo, 2018a**. Disponível em:< goo.gl/WzJEsb>. Acesso em: 20 janeiro 2018.

_____ - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário, 2018b**. Disponível em:< goo.gl/bQ42u6>. Acesso em: 15 de janeiro 2018.

_____ - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais, 2018c**. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/?serietemp>>. Acesso em: 15 de dezembro 2017.

BANCO ITAÚ. **Apresentação Institucional, 2017**. Disponível em: < goo.gl/tJkhAe >. Acesso em: 01 setembro 2017.

BRADERCO. **Press Release, 2016**. Disponível em: < goo.gl/3HGk5t>. Acesso em: 28 de dezembro 2017.

_____. **Press Release, 2014**. Disponível em: < goo.gl/3HGk5t>. Acesso em: 28 de dezembro 2017.

_____. **Press Release, 2012**. Disponível em: < goo.gl/3HGk5t>. Acesso em: 28 de dezembro 2017.

_____. **Press Release, 2010**. Disponível em: < goo.gl/3HGk5t>. Acesso em: 28 de dezembro 2017.

_____. **Press Release**, 2008. Disponível em: < goo.gl/3HGk5t>. Acesso em: 28 de dezembro 2017.

BRASIL. LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996. **Imposto de Renda Pessoa Jurídica**, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <goo.gl/bsuA2J>. Acesso em: 12 out. 2017.

BUZZELL, Robert D.; GALE, Bradley T.; SULTAN, Ralph GM. Market share-a key to profitability. **Harvard business review**, v. 53, n. 1, p. 97-106, 1975.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Mr Keynes and the post keynesians. **Books**, 1992.

_____, Fernando. J. Cardim. Sobre a preferência pela liquidez dos bancos. **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro**. Rio de Janeiro: **Campus/Elsevier**, 2007.

CARVALHO, Fernando et al. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Elsevier Brasil, 2015.

CHICK, Victoria. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. **Ensaio Fee**, v. 15, n. 1, p. 9-23, 1994.(Publicado originalmente em 1986)

_____. The evolution of the banking system and the theory of monetary policy. London: University College London, 1988.

CORRÊA, Andréia Agresta; SZUSTER, Natan. BR GAAP x IFRS: Divergências das demonstrações contábeis nas instituições financeiras. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 58, 2014.

DEOS, Simone; MENDONÇA, Ana Rosa R. de. Uma proposta de delimitação conceitual de bancos públicos. **Bancos públicos e desenvolvimento**. Brasília, DF, **IPEA**, p. 49-72, 2010.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Ash; HUIZINGA, Harry. Determinants of commercial bank interest margins and profitability: some international evidence. **The World Bank Economic Review**, v. 13, n. 2, p. 379-408, 1999.

FAMA, Eugene F. Banking in the Theory of Finance. **Journal of monetary economics**, v. 6, n. 1, p. 39-57, 1980.

FREITAS, Maria Cristina Penido. A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 51-83, 1997.

_____, Maria Cristina Penido. Desafios da regulamentação ante a dinâmica concorrencial bancária: uma perspectiva pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 233-255, 2010a.

_____, Maria Cristina Penido de. Dinâmica concorrencial e bancos públicos: questões conceituais. **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010b.

_____, Maria Cristina Penido. Estratégias concorrenciais e crédito bancário no Brasil no contexto pós-crise. **Boletim de Economia–Grupo de Economia/Fundap**, n. 6, 2011.

GURLEY, John G.; SHAW, Edward S. Financial aspects of economic development. **The American Economic Review**, v. 45, n. 4, p. 515-538, 1955.

KEYNES, J. M. A teoria geral do juro, do emprego e da moeda. **Coleção Os Economistas**. Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo. 1996.

KLEIN, Michael A. A theory of the banking firm. **Journal of money, credit and banking**, v. 3, n. 2, p. 205-218, 1971.

KOLB, Robert. **Lessons from the financial crisis: Causes, consequences, and our economic future**. John Wiley & Sons, 2010

KOYAMA, Sérgio Mikio; NAKANE, Márcio I. Os determinantes do spread bancário no Brasil. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, v. 19, 2001.

LEVINE, Ross. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of economic literature**, v. 35, n. 2, p. 688-726, 1997.

MARTINS, Tiago Sammarco et al. **Competição Bancária: Comparação do Comportamento de Bancos Públicos e Privados e suas Reações à Crise de 2008**. Insper Working Paper, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2013.

MINSKY, Hyman P.; KAUFMAN, Henry. **Stabilizing an unstable Economy**. New York: McGraw-Hill, 2008.

MODIGLIANI, Franco; MILLER, Merton H. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. **The American economic review**, v. 48, n. 3, p. 261-297, 1958.

MOORE, Basil J. **Horizontalists and verticalists: the macroeconomics of credit money**. Cambridge University Press, 1988.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O desempenho do sistema bancário no Brasil no período recente (2007-2015). 2017.

OREIRO, José Luís da Costa et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 4, p. 609-634, 2006.

PAULA, L. F. Teoria da firma bancária. **LIMA, GT et alii. Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____, L. F. Bancos e crédito: a abordagem pós-keynesiana de preferência pela liquidez. **Revista de Economia**, v. 32, n. 2, 2006.

_____, L. F. Sistema Financeiro, Bancos e Financiamento da Economia: uma abordagem keynesiana. **Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier**, 2014.

PAULA, L.F.; ALVES JR, A. J. Comportamento dos Bancos e Ciclo de Crédito no Brasil em 2003-2016: Uma análise pós-keynesiana, 2017. Disponível em <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/comportamento-dos-bancos-e-ciclo-de-credito-no-brasil-em-2003-2016-10.pdf>>. Acesso em 02 fevereiro de 2018.

PAULA, L. F.; OREIRO, José Luis; BASILIO, Flavio AC. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, v. 23, n. 3, p. 473-520, 2013.

RUDOLPH, Heinz. State financial institutions: mandates, governance, and beyond. 2009.

SANTOMERO, Anthony M. Modeling the banking firm: A survey. **Journal of money, credit and banking**, v. 16, n. 4, p. 576-602, 1984.

SILVA, Fábio Henrique Rodrigues da; NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; SILVA, Ricardo Luiz Menezes Da. BRGAAP versus IFRS: análise das diferenças nos resultados de indicadores econômicos e financeiros de instituições financeiras brasileiras. **Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, São Paulo, v. 15, jul. 2017. Disponível em: <goo.gl/Bj9gz1>. Acesso em: 26 out. 2017.

TOBIN, James. **Commercial banks as creators of "money"**. Cowles Foundation for Research in Economics, Yale University, 1963.

TOBIN, James. A Case for Preserving Regulatory Distinctions. **Challenge**, v. 30, n. 5, p. 10-17, 1987.

WONG, Kit Pong. On the determinants of bank interest margins under credit and interest rate risks. **Journal of Banking & Finance**, v. 21, n. 2, p. 251-271, 1997.

APÊNDICE

Variáveis	Elementos	CÓDIGOS	TÍTULOS CONTÁBEIS
receita bruta de ativos ilíquidos	rendas de op crédito	7.1.1.00.00-1	<u>Rendas De Operacoes De Credito</u>
		7.1.9.10.00-2	<u>RENDAS DE CREDITOS VINCULADOS A OPERACOES ADQUIRIDAS EM CESSAO</u>
		7.1.9.15.00-7	<u>LUCROS EM OPERACOES DE VENDA OU DE TRANSFERENCIA DE ATIVOS FINANCEIROS</u>
		7.1.9.20.00-9	<u>RECUPERACAO DE CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO</u>
		7.1.9.25.00-4	<u>RENDAS DE CREDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTACAO ADQUIRIDOS</u>
		7.1.9.50.00-0	<u>RENDAS DE CREDITOS POR AVAIS E FIANCAS HONRADOS</u>
		7.1.9.80.00-1	<u>RENDAS DE REPASSES INTERFINANCEIROS</u>
		8.1.9.45.00-5	<u>(-) DESPESAS DE CESSAO DE CREDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTACAO</u>
		8.1.9.50.00-7	<u>(-) DESPESAS DE CESSAO DE OPERACOES DE CREDITO</u>
		8.1.9.15.00-4	<u>(-) PREJUIZOS EM OPERACOES DE VENDA OU DE TRANSFERENCIA DE ATIVOS FINANCEIROS</u>
	rendas arrend.mercantil	7.1.2.00.00-4	<u>Rendas De Arrendamento Mercantil</u>
		8.1.9.40.00-0	<u>(-) DESPESAS DE CESSAO DE CREDITOS DE ARRENDAMENTO</u>
volume atv ilíquidos	operações de crédito	1.6.0.00.00-1	<u>OPERACOES DE CREDITO</u>
		[16900008]	<u>(-) Provisoes Para Operacoes De Credito</u>
	arrendamento mercantil	[17000000]	<u>OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL</u>
		[17900007]	<u>(-) Provisoes Para Operacoes De Arrendamento Mercantil</u>
despesas exclusivas atv ilíquidos	despesas arrendamento mercantil	8.1.3.00.00-4	<u>(-) Despesas De Arrendamento Mercantil</u>
		8.1.8.30.55-0	<u>(-) Perdas De Bens De Arrendamento Operacional</u>
	resultado de PCLD	7.1.9.90.30-7	<u>Operacoes De Credito De Liquidacao Duvidosa</u>
		7.1.9.90.35-2	<u>Repases Interfinanceiros</u>
		7.1.9.90.40-0	<u>Creditos De Arrendamento De Liquidacao Duvidosa</u>
		7.1.9.90.50-3	<u>Perdas Na Venda De Valor Residual</u>
		7.1.9.90.60-6	<u>Outros Creditos De Liquidacao Duvidosa</u>
		8.1.8.30.30-9	<u>(-) Provisoes Para Operacoes De Credito</u>
		8.1.8.30.35-4	<u>(-) Repases Interfinanceiros</u>
		8.1.8.30.40-2	<u>(-) Provisoes Para Arrendamento Mercantil</u>
		8.1.8.30.50-5	<u>(-) Perdas Na Venda De Valor Residual</u>
		8.1.8.30.60-8	<u>(-) Provisoes Para Outros Creditos</u>

Variáveis	Elementos	CÓDIGOS	TÍTULOS CONTÁBEIS
receita bruta ativos líquidos	rendas de operações com TVM	7.1.4.00.00-0	<u>Rendas De Aplicacoes Interfinanceiras De Liquidez</u>
		7.1.5.00.00-3	<u>Rendas Com Titulos E Valores Mobiliarios E Instrumentos Financeiros Derivativos</u>
		-7.1.5.80.00-9	<u>RENDAS EM OPERACOES COM DERIVATIVOS</u>
		7.1.9.40.00-3	<u>RENDAS DE APLICACOES NO EXTERIOR</u>
		7.1.9.47.00-6	<u>RENDAS DE APLICACOES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS NO PAIS</u>
		7.1.9.90.05-3	<u>Perdas Em Aplicacoes Em Depositos Interfinanceiros</u>
		7.1.9.90.10-1	<u>Desvalorizacao De Titulos Livres</u>
		7.1.9.90.15-6	<u>Desvalorizacao De Titulos Vinculados A Operacoes Compromissadas</u>
		7.1.9.90.20-4	<u>Desvalorizacao De Titulos Vinculados A Negociacao E Intermediacao De Valores</u>
		8.1.5.00.00-0	<u>(-) Despesas Com Titulos E Valores Mobiliarios E Instrumentos Financeiros Derivativos</u>
		8.1.5.50.00-5	<u>(-) DESPESAS EM OPERACOES COM DERIVATIVOS</u>
		8.1.8.30.05-5	<u>(-) Perdas Em Aplicacoes Em Depositos Inter-Financeiros</u>
		8.1.8.30.10-3	<u>(-) Desvalorizacao De Titulos Livres</u>
		8.1.8.30.15-8	<u>(-) Desvalorizacao De Titulos Vinculados A Operacoes Compromissadas</u>
		8.1.8.30.20-6	<u>(-) Desvalorização De Titulos Vinculados A Negociação E Intermediação De Valores</u>
volume ativos líquidos	aplic. interf.de liq	1.2.0.00.00-5	<u>APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</u>
	TVM e Instrum.finaceiro derivativos	1.3.0.00.00-4	<u>TITULOS E VALORES MOBILIARIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</u>
despesas de captação total	despesas de captação	8.1.1.00.00-8	<u>(-) Despesas De Captacao</u>
		+8.1.9.12.00-7	<u>(-)DESPESAS DE OBRIGACOES POR OPERACOES VINCULADASA CESSAO</u>
		+8.1.9.80.00-8	<u>(-) DESPESAS COM CAPTACAO EM TITULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</u>
		+8.1.9.86.00-2	<u>(-) DISPÊNDIOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS</u>
	despe.empéstimos e repasses	8.1.2.00.00-1	<u>(-) Despesas De Obrigacoes Por Emprestimos E Repasses</u>
		+8.1.9.60.00-4	<u>(-) DESPESAS DE OBRIGACOES POR FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO</u>
volume do passivo	captações	[41000007]	DEPOSITOS
		+ [42000006]	<u>OBRIGACOES POR OPERACOES COMPROMISSADAS</u>
		+ [43000005]	<u>RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIARIAS E HIPOTECARIAS, DEBENTURES E SIMILARES</u>
		+ [46000002]	<u>OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS E REPASSES</u>
captações	depósito à vista	[41000007]	DEPOSITOS
	operações compromissadas	+ [42000006]	<u>OBRIGACOES POR OPERACOES COMPROMISSADAS</u>
	recur. Aceites e emissão de títulos	+ [43000005]	<u>RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIARIAS E HIPOTECARIAS, DEBENTURES E SIMILARES</u>
	Obrigações po empréstimos e repasses	+ [46000002]	<u>OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS E REPASSES</u>

Variáveis	Elementos	CÓDIGOS	TÍTULOS CONTÁBEIS		
receita de serviços	rendas prest. serviços	7.1.7.00.00-9	<u>Rendas De Prestacao De Servicos</u>		
		- (7.1.7.94.00-8	<u>RENDAS DE PACOTES DE SERVICOS - PF</u>		
		7.1.7.95.00-7	<u>RENDAS DE SERVICOS PRIORITARIOS - PF</u>		
		7.1.7.96.00-6	<u>RENDAS DE SERVICOS DIFERENCIADOS - PF</u>		
		7.1.7.97.00-5	<u>RENDAS DE SERVICOS ESPECIAIS - PF</u>		
		7.1.7.98.00-4)	<u>RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS – PJ)</u>		
		+ 7.1.9.70.00-4	<u>RENDAS DE GARANTIAS PRESTADAS</u>		
	rendas de tarifas bancárias	7.1.7.94.00-8	<u>RENDAS DE PACOTES DE SERVICOS - PF</u>		
		7.1.7.95.00-7	<u>RENDAS DE SERVICOS PRIORITARIOS - PF</u>		
		7.1.7.96.00-6	<u>RENDAS DE SERVICOS DIFERENCIADOS - PF</u>		
		7.1.7.97.00-5	<u>RENDAS DE SERVICOS ESPECIAIS - PF</u>		
		7.1.7.98.00-4	<u>RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS - PJ</u>		
	custos administrativos	despesa de pessoal	[81718005]	(-) DESPESAS DE HONORARIOS	
			[81727003]	(-) DESPESAS DE PESSOAL - BENEFICIOS	
[81730007]			(-) DESPESAS DE PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS		
[81733004]			(-) DESPESAS DE PESSOAL - PROVENTOS		
[81736001]			(-) DESPESAS DE PESSOAL - TREINAMENTO		
[81737000]			(-) DESPESAS DE REMUNERACAO DE ESTAGIARIOS		
[81990201]			(-) Impostos E Contribuicoes Sobre Salarios		
despesas administrativas		[71930006]	RECUPERACAO DE ENCARGOS E DESPESAS		
		+ [8170006]	(-) Despesas Administrativas		
		- [81718005]	(-) DESPESAS DE HONORARIOS		
		- [81727003]	(-) DESPESAS DE PESSOAL - BENEFICIOS		
		- [81730007]	(-) DESPESAS DE PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS		
		- [81733004]	(-) DESPESAS DE PESSOAL - PROVENTOS		
		- [81736001]	(-) DESPESAS DE PESSOAL - TREINAMENTO		
		- [81737000]	(-) DESPESAS DE REMUNERACAO DE ESTAGIARIOS		
		+ [81810006]	(-) DESPESAS DE AMORTIZACAO		
		+ [81820003]	(-) DESPESAS DE DEPRECIACAO		
		Impostos	imposto de renda e contribuição social	[89410006]	(-) IMPOSTO DE RENDA
				+ [89420003]	(-) CONTRIBUICAO SOCIAL